



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JULIA DAYANE RODRIGUES DE SOUSA

**A IDENTIDADE SUL-AMERICANA NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: UMA
ANÁLISE DE DISCURSO DO TERCEIRO GOVERNO LULA (2023-2026)**

JOÃO PESSOA

2026

JULIA DAYANE RODRIGUES DE SOUSA

**A IDENTIDADE SUL-AMERICANA NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: UMA
ANÁLISE DE DISCURSO DO TERCEIRO GOVERNO LULA (2023-2026)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharela em Relações Internacionais pela
Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques
Ferreira.

JOÃO PESSOA

2026

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S725i Sousa, Julia Dayane Rodrigues de.

A identidade Sul-americana na política externa brasileira: uma análise de discurso do terceiro governo Lula (2023-2026) / Julia Dayane Rodrigues de Sousa. - João Pessoa, 2026.
81 f. : il.

Orientação: Túlio Sérgio Henriques Ferreira.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Política externa brasileira. 2. Análise de discurso. 3. Identidade internacional. 4. América do Sul. 5. Identidade sul-americana. I. Ferreira, Túlio Sérgio Henriques. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327(043)

JULIA DAYANE RODRIGUES DE SOUSA

"A IDENTIDADE SUL-AMERICANA NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DE DISCURSO DO TERCEIRO GOVERNO LULA (2023-2026)"

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel(a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em 29 de julho de 2026

Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira - (Orientador)
UFPB

Profa. Dra. Vanessa Horácio Lira - (Membro 2)
UFPB

Prof. Dr. Henrique Zeferino de Menezes - (Membro 3)
UFPB

À memória de Carlos Antônio de Sousa, meu querido pai e maior incentivador dos estudos nas nossas vidas. Ainda muito jovem, ele entendeu a importância da educação, apesar de nunca a ter acessado por completo. Este trabalho é apenas o início da concretização do seu (e nosso) maior sonho. A sua última missão na Terra foi cumprida com êxito, C. Antonio. Descansar!

AGRADECIMENTOS

É difícil encontrar palavras para agradecer num ano tão devastador como o de 2026. Por isso, vou quebrar o protocolo para esta seção. No segundo dia do ano, eu perdi o meu pai, Carlos Antônio de Sousa, que sobreviveu ao sertão potiguar e buscou seu escape na carreira militar. Encontrei forças nele, que era (e ainda é) a maior representação de força e responsabilidade na minha vida, para entregar este trabalho e concluir o ensino superior nesta universidade federal, motivo do seu maior orgulho. Se consegui chegar até aqui, foi porque ele sempre esteve cuidando dos meus caminhos e alimentando a minha mente com os seus ensinamentos. Hoje, não tenho mais o seu olhar sobre o meu futuro, mas carrego em meu coração a sua presença em todos os momentos que ele deveria estar presente. O diploma de graduação seria o maior agradecimento que eu poderia entregar, mas não tive tempo suficiente. Não consegui retribuir por tudo que recebi durante toda a minha vida. Então, deixo essa singela dedicatória (*in memoriam*) para aquele que teve os seus sonhos frustrados pelas injustiças da vida, e que seria a pessoa mais orgulhosa hoje. Quero deixar claro, para aqueles que estão lendo, que este foi um trabalho escrito durante o luto. Nunca imaginei encerrar o ciclo universitário assim. E se porventura alguém também estiver passando pelo luto no início da sua juventude, sinta-se abraçado e acolhido. Não é fácil, mas conseguimos.

Apesar das inúmeras dificuldades, não passei por esse processo sozinha. À minha mãe, Silvana das Neves Rodrigues de Sousa, dona de um coração maior que o mundo, eu agradeço. Obrigada por toda a paciência na infância, pelos conselhos na adolescência e pela parceria na juventude. Sem o seu esforço inestimável, dividindo-se entre trabalho e família em formas que nem todos conseguiriam, eu não teria chegado até aqui. À minha irmã, Jéssica Dayana Rodrigues de Sousa, eu agradeço. Obrigada por ser a melhor irmã mais nova (às vezes) e por me permitir exercer o papel de irmã mais velha tão sabiamente. Sou eternamente grata pela ótima relação que construímos (créditos para a nossa mãe), minha [não] gêmea. Sei que a sua paciência não é alta, mas agradeço pela compreensão, ajuda e companhia nas sessões de estudos durante os anos de graduação. Os nossos corações vão sentir a ausência dele por mais tempo do que tivemos de convivência juntos, mas acredito que ele ficaria feliz em saber que estamos carregando o seu legado e o seu nome para os melhores lugares do mundo. À minha irmã, Karla Sousa Guimarães; ao meu cunhado, Marcos Guimarães; aos meus sobrinhos, Gabriel e Sofia Guimarães, eu agradeço. Obrigada por todo carinho e apoio de sempre. Sei que essa conquista também é motivo de muito orgulho e celebração para vocês.

Eu tive a sorte de encontrar ótimas pessoas pelos meus caminhos. Ao meu melhor amigo, João Antonio Pinto Pereira, eu agradeço. Sou grata por tanto que nem consigo resumir em palavras, mas tento demonstrar através de companhia, afeto e declarações anuais. Obrigada por ser a melhor parte de mim. Obrigada por quase uma década das melhores memórias e por todos os planos para o nosso futuro. Obrigada por ser um porto seguro no meio da tempestade. A vida é mais tolerável com você por perto e os últimos quatro anos de graduação só foram possíveis por causa dos nossos momentos juntos (apesar de você ter escolhido fazer um curso diferente do meu!). Definitivamente não existe mais Julia sem João. Às minhas queridas Jamilly Witoria e Zuila Kelly, eu agradeço. Jamilly, obrigada pela amizade, pelo apoio, pelas fofocas e saídas, que não foram tantas quanto gostaríamos. Sempre estarei nas primeiras fileiras para te aplaudir. Aguardo ansiosamente pela nossa aposentadoria conjunta! Zuzu, obrigada pelo companheirismo, pelas conversas, pelo carinho enorme e por sempre nos enxergar de uma forma tão bonita e que ninguém mais vê. Obrigada por ter me apresentado ao mundo da pesquisa. Estou secretamente animada pelo fato de estarmos finalizando os nossos trabalhos ao mesmo tempo (com a pequena diferença que o seu é uma tese de doutorado). Já sabe qual é o nosso plano agora, não é? Guardo todos vocês no melhor lugar do meu coração.

A passagem pela universidade garantiu ótimas risadas, muitas raivas e vários choros, como precisa ser. Depois de viver anos tão intensos no IFPB, estava meio cética que a experiência universitária poderia superá-lo. Felizmente, eu estava enganada, graças a elas. Ao meu “Tripé Universitário”, eu agradeço. À minha mineira preferida, Mariana Salgado Pedrosa, eu agradeço. Obrigada por ter sido a primeira pessoa que encontrei no mundo da graduação. Obrigada pela parceria, pela escuta, pelas risadas e por (quase sempre) ser mais calma do que eu. Obrigada por ter me apresentado o melhor doce de leite do mundo (Viçosa, claro). À moradora de Patos, Brenda Tiburtino Leite e Conceição, eu agradeço. Obrigada por ter aberto as portas do ambiente 39 e do seu coração para nós. Guardo com carinho todas as risadas, os momentos de euforia em comentar as nossas leituras de férias e os surtos das entregas de trabalhos. Obrigada por ser a pessoa mais engraçada do mundo às 1h da manhã em Buenos Aires. Às duas, obrigada por terem feito da graduação um momento mais leve e especial.

A graduação, porta de entrada para o ensino superior, esteve repleta de aprendizados que carregou para a minha vida pessoal e profissional. Posso assegurar que Relações Internacionais é um curso triste e, ao mesmo tempo, encantador. Por um lado, nos deparamos com tantos problemas que parecem incontornáveis. Por outro, encontramos as vozes que nos

inspiram e nos instigam a continuar buscando um mundo minimamente melhor. A todos os professores que fizeram parte dessa travessia, eu agradeço. Guardo uma profunda admiração por cada um dos que compõem o Departamento de Relações Internacionais e sou grata por ter tido a oportunidade de ser aluna de um corpo docente altamente qualificado e, felizmente, tão humano. E eu não poderia deixar de destacar alguns desses nomes.

Ao meu querido orientador, prof. Tulio Ferreira, eu agradeço. Obrigada por ter aberto as portas para experiências enriquecedoras dentro da universidade e por ter confiado no meu trabalho tantas vezes. No fundo, eu sempre soube que seguiria com a Política Externa Brasileira, mas assistir a sua primeira aula de PEB1 confirmou esse caminho. E para finalizar um ciclo que começou com pesquisa e extensão (eu fiquei devendo a monitoria), felizmente o senhor aceitou ser o meu orientador para o TCC. Agradeço por toda orientação, conhecimento compartilhado e, especialmente, por toda a paciência e sensibilidade durante um período delicado da minha vida. Aos avaliadores, prof. Henrique Menezes e prof^a. Vanessa Lira, agradeço por aceitarem participar desta banca e dedicar seu tempo e atenção para corrigir o meu trabalho. Ao professor Daniel Antiquera, agradeço pela oportunidade da monitoria na graduação e por todo o ensino entusiasmado em sala de aula. Ao professor Lucas Milanez, agradeço pela oportunidade da extensão e por horas incansáveis e gratificantes de aulas inesquecíveis. A minha graduação em Relações Internacionais foi completa por causa da participação desses e de todos os outros nomes não citados.

Para finalizar, gostaria de agradecer a Universidade Federal da Paraíba e todos aqueles que fazem a universidade funcionar diariamente. Apesar dos diversos problemas enfrentados, tenho certeza que o ensino superior público permanecerá sendo a referência e pretendo continuar lutando por isso. Sou grata por ter concluído o ensino médio no IFPB e, agora, estar a alguns passos de concluir o ensino superior na UFPB. Logo, por último, mas não menos importante, agradeço a mim mesma. Em 2021, há quase cinco anos, escrevi “Agradeço a mim mesma, por não ter desistido”. Hoje, mais do que antes, eu agradeço a mim mesma por nunca ter desistido, mesmo quando os maiores desafios se colocaram à minha frente. Saio uma pessoa diferente desse ciclo, por diversas razões, e ainda incerta sobre quais caminhos vão se formar à minha frente. Mas eu persisto, como tem que ser.

RESUMO

O presente trabalho analisa a identidade sul-americana na política externa brasileira. A terceira eleição presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva retomou a pauta integracionista da América do Sul para a agenda de Política Externa Brasileira (PEB), que reassumiu a mobilização das entidades regionais. Dentre os seus discursos, um dos temas regionais prioritários é a fortificação do bloco sul-americano a partir da formação de uma identidade coletiva. Assim, a pergunta de pesquisa indaga como uma identidade sul-americana pode ter sido incorporada aos discursos presidenciais de política externa do terceiro governo Lula (2023-2026). Opta-se por utilizar a metodologia de Análise de Discurso, com base em Eni Orlandi (2012), pelo entendimento do discurso como prática de linguagem em que ocorre a produção de sentido a partir da relação entre a formação ideológica do sujeito, o qual é afetado pela língua e pela memória discursiva, e o processo sócio-histórico em que se insere. Compreendeu-se, a partir da análise, que o processo discursivo gerou dois sentidos distintos para os discursos com intenções de formação identitária, a depender do seu contexto de produção e dos interlocutores. Observa-se, no âmbito regional, o sentido de reintegração do Brasil e o retorno a sua responsabilidade com a região; enquanto no escopo global, a identidade sul-americana aparece como um meio para a inserção internacional brasileira.

Palavras-chave: política externa brasileira; análise de discurso; identidade internacional; América do Sul; identidade sul-americana.

ABSTRACT

This paper analyzes South American identity in Brazilian foreign policy. Luiz Inácio Lula da Silva's third presidential election brought the issue of South American integration back to the forefront of the Brazilian Foreign Policy (BFP) agenda, which resumed its engagement with regional organizations. Among his speeches, one of the priority regional themes is the strengthening of the South American bloc through the formation of a collective identity. Thus, the research question examines how a South American identity may have been incorporated into the presidential foreign policy discourses of Lula's third administration (2023–2026). This study employs the Discourse Analysis methodology, based on Eni Orlandi (2012), given the understanding of discourse as a linguistic practice in which meaning is produced through the relationship between the subject's ideological formation - which is influenced by language and discursive memory - and the socio-historical process in which the subject is embedded. The analysis revealed that the discursive process generated two distinct meanings for the speeches intended to shape identity, depending on their context of production and their audience. At the regional level, the meaning of Brazil's reintegration and its return to its responsibility toward the region is observed; while at the global level, South American identity emerges as a means for Brazil's international integration.

Keywords: Brazilian foreign policy; discourse analysis; international identity; South America; South American identity.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise de Discurso
AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
ALADI	Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
CASA	Comunidade Sul-Americana de Nações
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
EUA	Estados Unidos da América
Iirsa	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MRE	Ministério das Relações Exteriores
Nafta	North American Free Trade Agreement
OMC	Organização Mundial de Comércio
OPA	Operação Pan-Americana
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PEB	Política Externa Brasileira
PEI	Política Externa Independente
PGM	Primeira Guerra Mundial
Prosul	Progresso e Desenvolvimento da América do Sul

SGM	Segunda Guerra Mundial
SI	Sistema Internacional
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
UE	União Europeia
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	15
3. METODOLOGIA.....	18
4. “SOMOS DA AMÉRICA E QUEREMOS SER AMERICANOS”: CONTEXTO HISTÓRICO DA PEB EM RELAÇÃO AOS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL.....	20
4.1. BRASIL IMPÉRIO (1822-1889).....	21
4.2. PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930).....	26
4.3. ERA VARGAS A DITADURA MILITAR (1930-1985).....	30
5. “EU SOU DA AMÉRICA DO SUL”: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SUL-AMERICANA.....	35
5.1 A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL.....	38
5.2 A IDENTIDADE REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL.....	40
5.2.1 Identidade Latino-americana ou Sul-americana?.....	42
5.3 INFLEXÃO NA PAUTA SUL-AMERICANA NA PEB.....	45
6. “E NÓS, NA NOSSA QUERIDA AMÉRICA DO SUL, PRECISAMOS DE UMA CHANCE”: ANÁLISE DE DISCURSO DO GOVERNO LULA III (2023-2026).....	47
6.1 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO: CONTEXTO IMEDIATO DOS DISCURSOS.....	49
6.2 DA SUPERFÍCIE LINGUÍSTICA PARA O OBJETO DISCURSIVO: PARÁFRASE, POLISSEMIA, INTERDISCURSO E A POSIÇÃO-SUJEITO.....	49
6.3 DO OBJETO DISCURSIVO PARA O PROCESSO DISCURSIVO: O DITO E O NÃO-DITO.....	56
6.4 DO PROCESSO DISCURSIVO PARA A FORMAÇÃO IDEOLÓGICA: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SUL-AMERICANA NOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS DE 2023 À 2026.....	59
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS.....	67
APÊNDICE A - DISPONIBILIZAÇÃO DOS DISCURSOS.....	79

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho parte do amplo questionamento sobre como a construção de uma identidade internacional se manifesta na Política Externa Brasileira (PEB) contemporânea. Aqui, entende-se o conceito de identidade como um fenômeno “[...] narrativo e prático, que adquire significado interdiscursivamente e é elaborado por uma pluralidade de atores” (Mesquita, 2016, p. 6). Quando aplicado em termos internacionais, compreende a repercussão dos esforços interestatais em torno da construção de uma imagem. A temática da identidade internacional na PEB é histórica. Uma das principais propagandas internacionais do Brasil ocorreu no momento de transição do Império para a República, no qual a imagem projetada era a de um país pacífico e ‘harmonioso’ racialmente - contraditório ao cenário interno da época (Skidmore, 1976). Ao longo do século XX, símbolos culturais nacionais ganharam destaque nos âmbitos doméstico e externo, como foi o caso do samba e da Música Popular Brasileira (Fléchet, 2012), partes de um conjunto de estratégias governamentais para tentar consolidar uma identidade brasileira.

Nesse momento, “identidade nacional” e “identidade internacional” costumavam ser entendidas quase como sinônimos (Lima, 2005). Internamente, definida pelos traços, valores e as práticas compartilhadas pela população que se considerava brasileira; externamente, representada pelo esforço governamental em defender seus interesses internos (Mesquita, 2016). Estudos mais recentes provocaram a ideia de que a identidade internacional de um país não é meramente a manifestação da sua identidade nacional no Sistema Internacional (SI). Dentro do contexto da globalização, a identidade forma-se a partir da interação internacional, responsável por criar uma percepção do Estado com base no repertório simbólico construído historicamente, culturalmente ou regionalmente (Mesquita, 2016). Esse aspecto das relações internacionais provoca a necessidade de estabelecer uma identidade internacional pelo Estado, o que gera maior previsibilidade e segurança na tomada de decisões, seja em parcerias ou conflitos.

A virada do milênio carregou uma aspiração compartilhada ao protagonismo brasileiro como uma potência global, apoiada em elementos como a sua dimensão e liderança continental (Lafer, 2001; Lima, 2005). A criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em 1991, é uma representação do esforço para o fortalecimento das relações entre os países-membros (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai). No início do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o aprofundamento do movimento de globalização e a inerente liberalização nos países do Sul Global estreitou a relação com os vizinhos sul-americanos, o

que permitiu ao Brasil se utilizar do protagonismo regional como uma plataforma de lançamento internacional (Vigevani; Oliveira; Cintra, 2003).

Outrossim, a PEB do século XXI esteve fortemente pautada no fomento à integração regional e à cooperação Sul-Sul, em que a ‘autonomia pela diversificação’ (Vigevani; Cepaluni, 2007) levaria a uma redução na assimetria de poder nas relações internacionais do Brasil. Essa discussão está pautada, principalmente, na concepção da inserção brasileira a partir da ação e do futuro, em detrimento do acúmulo de processos históricos (Ortiz, 1994). Neste caso, as práticas diplomáticas brasileiras em relação aos países sul-americanos, especialmente Argentina e Paraguai, sofreram várias mudanças ao longo dos séculos, a depender dos condicionantes externos e internos do período. É o caso dos recorrentes conflitos pelo controle da Bacia do Prata durante o Brasil Império, e posteriores momentos menos intervencionistas na República brasileira (Cervo; Bueno, 2002).

A busca por relações pacíficas e cooperativas ofuscou esse passado de confrontos. Os governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) consolidaram um caminho de destaque ao papel da América do Sul nas estratégias diplomáticas nacionais (Nery, 2016), o que depois foi enfraquecido pelo governo Bolsonaro (2019-2022), responsável por gerar “[...] ruídos com parceiros tradicionais e abandono de uma política regionalista” (Correa; Silva, 2023, p. 19). Essa inflexão pode ser representada pela saída do país da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2019 (Agência Brasil, 2019). A ascensão de governos de direita no continente levou ao esvaziamento da UNASUL, sob a justificativa de forte viés ideológico, o que acarretou no seu enfraquecimento institucional (Oliveira; Gonçalves, 2019).

Contudo, em 2023, o retorno de um governo vinculado à pauta de fortalecimento da integração regional levou o Brasil a recuperar sua presença na UNASUL, com falas cada vez mais motivadoras sobre a união sul-americana (Brasil, 2023b). Em discurso durante evento da Itaipu Binacional, o presidente Lula comentou sobre a importância de estreitar os laços sul-americanos e afirmou que só é possível pensar em desenvolvimento dos países da América do Sul de forma conjunta e solidária (Peduzzi, 2023). A volta do Brasil para a UNASUL, em conjunto com as ações diplomáticas de priorização da identidade regional, reforçam uma possível nova intenção da política externa brasileira em relação aos seus vizinhos regionais.

Ao analisar os fatos históricos passados, destaca-se a procura pela identidade regional como um instrumento de superação de um contexto político fortemente dependente. Se nos primeiros governos dos anos 2000 havia uma conjuntura favorável para criar uma alternativa à hegemonia e intervenção norte-americana no continente, pode-se argumentar a favor dos

perfis ideológicos dos chefes de Estado sul-americanos e o enfraquecimento hegemônico neoliberal. A chegada de presidentes alinhados ao posicionamento de subserviência à ordem liberal estadunidense provocou um período de desestabilização desses esforços. Na conjuntura atual, olhando para o Brasil, observa-se uma administração que retoma o discurso de união regional e redução da dependência dos Estados Unidos da América (EUA) (Rinaldi, 2025). Refletindo sobre o cenário internacional atual, o retorno de Donald Trump ao posto de chefe da nação estadunidense e o seu discurso nacionalista, com práticas intervencionistas, corroboram para o importante debate do fortalecimento regional entre o Brasil e os seus vizinhos.

Ao adentrar a literatura sobre o tema, identifica-se um dissenso sobre o sucesso da construção da identidade sul-americana. Aqueles que afirmam o êxito da identidade regional sustentam que a UNASUL foi efetiva na união e projeção regional (Nery, 2016; Rocha, 2018). Porém, há estudiosos que defendem a fragilidade e insuficiência de uma retórica sobre a identidade regional, principalmente no âmbito das defesas nacionais (Willrich; Rezende, 2018). Dessa forma, não há um consenso acadêmico sobre a formação identitária na região da América do Sul, apesar de se observarem falas governamentais retomando esse discurso na atualidade e promovendo a percepção de mudança na integração da identidade sul-americana. Ao investigar o posicionamento de política externa do atual governo brasileiro, nota-se uma tendência ao fortalecimento da identidade, principalmente através dos discursos.

Portanto, considerando a divergência acadêmica sobre o aspecto da identidade regional e o descompasso entre as falas e ações na política externa brasileira, neste projeto parte-se da seguinte pergunta de pesquisa: Como a construção da identidade sul-americana foi incorporada aos discursos presidenciais de política externa do terceiro governo Lula (2023-2026)? Assim, tem-se como objetivo geral investigar a dimensão da identidade sul-americana dentro das estratégias de política externa brasileira atual, a partir das construções discursivas do presidente brasileiro. Como objetivos específicos, pretende-se: (a) contextualizar o histórico das relações internacionais do Brasil com os países sul-americanos; (b) definir o conceito de identidade sul-americana, apresentando a sua construção histórica e suas limitações; e (c) mapear e analisar os discursos e pronunciamentos oficiais sobre a América do Sul e a identidade regional durante o terceiro governo Lula.

O trabalho está dividido em oito seções principais para adequar a introdução, a revisão de literatura, a metodologia, cada um dos objetivos específicos, as considerações finais e as referências. Após esta introdução, a revisão de literatura e a metodologia, está o primeiro capítulo da discussão proposta, que corresponde à avaliação histórica das relações

internacionais do Brasil com a América do Sul desde a Independência até o período de redemocratização brasileira. Em seguida, no segundo capítulo, trata-se do período de fortalecimento da América do Sul na PEB, especialmente na virada do milênio, e os primeiros esforços em razão da identidade sul-americana, assim como os seus elementos constitutivos. Por conseguinte, no terceiro capítulo está colocada a análise de discurso dos dados coletados, que são os discursos do presidente Lula em seu mandato vigente. Por último, há a exposição das considerações finais sobre a pesquisa e, ao final, as referências utilizadas para sustentar a argumentação.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A síntese histórica da Política Externa Brasileira em relação à América do Sul pode ser entendida em alternados momentos de neutralidade e intervenção, desde o período colonial até a instauração da república. O envolvimento fronteiriço com a chamada Bacia do Prata - composta pelos atuais Uruguai, Argentina e Paraguai - rendeu disputas por hegemonia no principal eixo estratégico do Brasil Império. Como resultado, a Guerra da Cisplatina (1825-1828) e a Guerra do Paraguai (1864-1870) marcaram a história dos países sul-americanos envolvidos, vinculando uma imagem de país com fortes aspirações hegemônicas ao Brasil. Com o advento da Primeira República e as convulsões internas em resposta ao novo sistema político, o governo tinha por objetivo mascarar a carga negativa que seria projetada para os seus principais parceiros econômicos. Como resultado, optaram pela expansão das delegações brasileiras em países do continente sul-americano, direcionando mais atenção para essas parcerias. Os ideais republicanos já carregavam a reorientação diplomática para o continente sul-americano, como uma forma de apaziguar as relações e fortalecer a confiança no Brasil (Cervo; Bueno, 2002).

De meados do século XX até a virada do milênio, identificam-se movimentos de maior autonomia (ainda que dentro do contexto de dependência e subdesenvolvimento) e o início do processo de integração regional. A priori, a tentativa de superar o subdesenvolvimento pode ser compreendida a partir da mudança de paradigmas da política externa nacional, que saiu do paradigma Liberal-Convertidor para o Estado Nacional Desenvolvimentista. E faz-se importante destacar que a mudança atingiu todo o continente latino-americano, que optou por diminuir a centralidade da agroexportação e alavancar a industrialização nacional para reduzir o descompasso em relação às economias centrais. Logo, a política externa tinha como objetivo estabelecer os caminhos (financeiros, estratégicos e

diplomáticos) para tornar possível alcançar o objetivo principal, que era a saída do estado de subdesenvolvimento (Cervo, 2003).

Posteriormente, a ascensão do neoliberalismo reformou as administrações sul-americanas e o fenômeno da globalização respaldou a concretização do “regionalismo aberto” (Baumann, 2013), marcando a transição para o paradigma Estado Normal (Cervo, 2003). Aqui, destaca-se a criação do MERCOSUL como o resultado das ações tomadas com vistas a alcançar os ideais neoliberais, o que possibilitou ao Brasil se lançar internacionalmente (Vigevani; Oliveira; Cintra, 2003). No novo século, o Estado retomou a sua função de principal indutor do desenvolvimento nacional, desta vez a partir de uma “dança dos paradigmas”, que uniu os paradigmas Estado Normal e Estado Logístico - ou, como é defendido por alguns autores, vigorou o “neodesenvolvimentismo liberal” (Cervo, 2003).

Dessa forma, percebe-se como a pauta do desenvolvimento se tornou um dos pilares da formação da identidade nacional por estar atrelada a estruturação do Estado brasileiro moderno (Mesquita, 2016). A partir disso, a integração ganhou prioridade máxima. O fortalecimento e a expansão do MERCOSUL, juntamente ao impulso pela criação da UNASUL, demonstram a liderança e a predominância brasileira no continente. Isso reforça a intenção de, em primeiro momento, utilizar a região como plataforma de inserção internacional e, em seguida, a tentativa de fortalecer os laços e constituir uma identidade regional (Brasil, 2023b). Foi durante o governo de Fernando Henrique Cardoso que aconteceu a I Reunião de Presidentes da América do Sul, a qual pode ser considerada um dos marcos de fortificação do pensamento de um subcontinente unificado em seus valores, interesses e identidade comuns (Gavião, 2018).

A UNASUL, em especial, surgiu durante o segundo mandato do presidente Lula como instrumento estratégico de legitimação do regionalismo (Galvão; Saraiva, 2019) e impulsor da construção de uma identidade sul-americana (Nery, 2016). Aqui, a identidade sul-americana é caracterizada como supranacional, o que significa entender sua moldagem e transformações a partir dos interesses dos Estados e suas elites políticas (Gavião, 2018). Essa movimentação da política externa dos primeiros governos Lula (2003-2010) pode ser lida, também, através do conceito de ‘autonomia pela diversificação’ (Vigevani; Cepaluni, 2007), que pretendia diversificar as relações internacionais brasileiras para superar a dependência com os países centrais. Nesse sentido, identifica-se uma avaliação do cenário de política externa como extremamente promissor para o fortalecimento dos vínculos sul-americanos, dentro de um contexto em que os países almejavam marginalizar a influência dos Estados Unidos na

resolução de conflitos internos (Rinaldi, 2025). A compreensão da personalidade carismática do chefe de Estado e o seu perfil político-ideológico apoiam a discussão sobre quais são as expectativas do governo. O posicionamento do presidente Lula nos seus primeiros mandatos é importante para avaliar a sua postura atual, levando em consideração as mudanças importantes que ocorreram nas duas conjunturas.

Com o transcorrer do tempo, a mudança de governos trouxe maior ou menor grau de importância à pauta sul-americana, especialmente enquanto componente identitário. A crise política de 2016 que culminou no impeachment da presidente Dilma Rousseff (2010-2016) e a posse do seu vice, Michel Temer (2016-2018), propiciou a transição para o retorno ao alinhamento estadunidense (Rinaldi, 2025). Em seguida, o governo Bolsonaro (2019-2023) consolidou um posicionamento isolacionista e o processo de ‘des-sul-americanização’ (Frenkel; Azzi, 2021), com base no fortalecimento da sua relação com o presidente dos Estados Unidos na época, Donald Trump. Sua política de desprezo pelas organizações regionais fragilizou um cenário de mobilização identitária regional já instável (Saraiva, 2022).

A temática da identidade sul-americana, conduzida formalmente por um dos objetivos da UNASUL (Nery, 2016; Rocha, 2018), não é um consenso acadêmico no que diz respeito aos seus elementos constitutivos e a sua concretização. Primeiro, sobre os pilares, sua fundamentação já foi percebida como apoiada no aspecto emocional/subjetivo de compartilhar marcas históricas (Meunier; Medeiros, 2013 *apud* Nery, 2016), como a colonização ibérica, as interferências estrangeiras e o estado de subdesenvolvimento. Por outro lado, há a defesa do aspecto geográfico como definidor (Galvão, 2013), haja visto a oferta de recursos naturais e o potencial energético da região. Existe, também, o reconhecimento do *soft power* e da cultura de massas (Heleno; Luiz, 2011), que contribuíram para essa identidade regional. Entende-se, assim, uma falta de coesão dentro da literatura especializada acerca das dimensões abarcadas pelo conceito de identidade sul-americana.

Em segundo lugar, sobre a afirmação da identidade regional, há quem considere a identidade regional próspera, sustentando o esforço da UNASUL como efetivo na união e projeção geopolítica do subcontinente (Nery, 2016; Rocha, 2018). Todavia, existem acadêmicos argumentando a favor da instabilidade e debilidade do projeto de identidade sul-americana, especialmente sob a ótica das defesas nacional e regional (Willrich; Rezende, 2018). Ademais, a identidade sul-americana aparece como um esforço interno em contraponto a “identidade latino-americana”, formulada e imposta por agentes externos à região (Galvão, 2013), em que o movimento do conceito “América Latina” ganhou força no Brasil a partir da década de 1990 (Gavião, 2018). Assim, notam-se alguns contrastes envolvendo a mesma

temática, o que possibilita sua abordagem através de diferentes lentes, capaz de reunir e explicitar novas dimensões analíticas.

Logo, compreende-se que os aspectos supracitados devem ser entendidos em conjunto, com a possibilidade de incorporação de novas percepções (Hurrell, 1995). Portanto, é indispensável entender o que sustenta a construção de uma identidade sul-americana atualmente, a partir da compilação das contribuições da literatura coletada e dos fatos observados no governo analisado, para uma melhor compreensão dos motivos que mantêm, ou não, a pauta na política externa brasileira. A princípio, a revisão bibliográfica demonstra que a temática da pesquisa escolhida possui um forte embasamento teórico, conceitual e empírico, mas deixa margens para análises de conjuntura, visto que não há um consenso dentro da academia sobre o momento atual e o destino da identidade sul-americana.

3. METODOLOGIA

O trabalho possui natureza metodológica qualitativa e caráter descritivo. A metodologia empregada é a Análise de Discurso (AD), com o objetivo de identificar as intenções discursivas e ideológicas atribuídas à temática da América do Sul pelo governo brasileiro atual. Tendo em vista que o governo não será finalizado até a conclusão deste trabalho, optou-se por focar nos seus três primeiros anos, de 2023 a 2025, e os meses de janeiro a junho de 2026. A AD foi escolhida pelo reconhecimento da relação de contexto de produção e transformação mútua entre o sujeito que discursa e a realidade em que o discurso acontece. Assumindo, assim, o papel de interpretar o sentido do dito e do não-dito, através da relação entre a língua e a ideologia dos indivíduos (Orlandi, 2012).

Para aplicar os fundamentos teóricos da Análise de Discurso, utilizou-se o trabalho consolidado da linguista Eni Orlandi (2012). No primeiro momento, os discursos foram coletados com base nas menções e comentários sobre a região da América do Sul e América Latina e Caribe. Foram coletados, também, aqueles realizados nos principais fóruns globais, sendo eles: a Cúpula para um Novo Pacto Financeiro Global; o Fórum Empresarial do BRICS; a Cúpula do G77 + China; a Assembleia Geral das Nações Unidas; a Segunda Cúpula Virtual Vozes do Sul Global; a Cúpula do Futuro; a Reunião Ministerial do G20; o lançamento da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza; a Reunião de Líderes do G20; a Sessão Ampliada da Cúpula do G7; a Sessão Paz e Segurança do BRICS; e a 1ª Reunião da Mobilização Progressista Global. Em seguida, os discursos foram renomeados em formato de códigos para facilitar a sua identificação.

A análise foi construída nas seguintes etapas: a) Os discursos foram fragmentados em data, local e evento, a fim de visualizar o seu contexto de produção; b) A transformação da superfície linguística (texto bruto) para o objeto discursivo (recortes) envolveu a leitura dos discursos em busca de termos e/ou falas recorrentes ou disruptivas; c) No momento da leitura foram identificados os interdiscursos presentes nas falas presidenciais, evidenciando a sua memória discursiva; d) A partir dos aspectos ‘b’ e ‘c’, foi observada a projeção da posição-sujeito do locutor frente aos interlocutores; e) Com os recortes em mente, o processo discursivo deve relacionar o que pode e deve ser dito pelo sujeito, assim como deve evidenciar o silenciamento presente nas falas; e f) Por fim, os efeitos de sentido formados durante esse processo discursivo são associados às ideologias que atravessam o sujeito e são avaliados para entender a construção do aspecto identitário na região. Com o aparato fornecido por Orlandi, a fim de detalhar a relação dos interdiscursos e subjetividades que produzem sentidos e simbologias, os discursos foram fragmentados a partir dos princípios e procedimentos expostos no Quadro 1.

Quadro 1 - Princípios e Procedimentos da Análise de Discurso por Orlandi (2012)

Princípios e Procedimentos	Detalhamento
Condições de produção	Situar os discursos em tempo e espaço, definir quem são os locutores e interlocutores.
Superfície Linguística para Objeto Discursivo	Analisar os textos brutos em busca de recorrências ou rupturas.
Análise do Interdiscurso	Identificar a memória discursiva dos dizeres, como outros discursos foram evocados ou ressignificados.
Identificação da Posição-Sujeito	Observar como o sujeito projeta sua imagem frente aos interlocutores.
Objeto Discursivo para Processo Discursivo	Relacionar o que foi dito com o que pode e deve ser dito a partir da posição do sujeito e sua conjuntura.
Não-Dito	Salientar o silenciamento de outras interpretações.
Processo Discursivo para Formação Ideológica	Compreender como os sentidos construídos e observados estão ligados à ideologia do sujeito e colaboraram para a construção do aspecto investigado.

Fonte: Elaboração própria a partir de Orlandi (2012).

Os dados utilizados são as declarações e pronunciamentos realizados pelo chefe de Estado vigente, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O *corpus* desta análise foi coletado a partir do portal oficial na internet do Ministério das Relações Exteriores, nas publicações da subseção “Discursos” em “Luiz Inácio Lula da Silva: 2023-2026”. Para este trabalho, foram

selecionados 34 discursos presidenciais que mencionaram a região analisada e a América Latina e Caribe, sejam em eventos regionais ou encontros bilaterais. Entretanto, com o objetivo de demonstrar silenciamentos da temática, também foram coletados discursos das principais reuniões a nível global, como a Assembleia Geral das Nações Unidas e a reunião do G7. Optou-se por focar em eventos regionais e globais, principalmente a partir das instituições vinculadas ao processo de integração da América do Sul. Dos 34 discursos selecionados, 20 conversam diretamente com a região sul-americana e/ou latino-americana, mesmo em reuniões com outro bloco regional; enquanto os 14 restantes tratam do nível global, extrapolando os limites americanos. Os discursos foram codificados para melhor citação, levando em consideração a ordem cronológica, seu título no MRE e o ano de realização. Ao final do trabalho, no Apêndice A, os discursos estão disponíveis para consulta através de um Google Sheets.

A revisão de literatura que compõe o projeto foi realizada em diferentes bases de dados, incluindo: Web of Science, Scopus, Scielo e Redalyc. Além destas, utilizou-se o Google Acadêmico como ferramenta de pesquisa, através do software Publish or Perish. A maioria das obras encontradas são artigos científicos, mas conta, também, com capítulos de livros e teses. As palavras-chave utilizadas nas pesquisas, incluindo possíveis variações e tradução para o inglês, foram: 1. Política Externa Brasileira; 2. América do Sul; 3. Identidade internacional; 4. Identidade sul-americana; e 5. Lula. Optou-se por priorizar leituras mais recentes (desde 2018) para compor um quadro geral atual das relações internacionais na região, mas reconhecendo a literatura principal sobre a consolidação dos pilares da PEB.

4. “SOMOS DA AMÉRICA E QUEREMOS SER AMERICANOS”: CONTEXTO HISTÓRICO DA PEB EM RELAÇÃO AOS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL

“Somos da América e queremos ser americanos. A nossa forma de governo é, em sua essência e em sua prática, antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos Estados americanos. [...] Em tais condições pôde o Brasil considerar-se um país isolado, não só no seio de América, mas no seio do mundo”
 - Manifesto do Partido Republicano de 1870
 (Brasiliense, 1870).

A fim de obter um melhor entendimento do cenário atual das relações sul-americanas, é importante retomar o contexto histórico de formação e consolidação das políticas propagadas pelo Brasil. Para tanto, este capítulo dedica-se a explicar os principais desafios,

as parcerias e as pautas da política externa brasileira em relação aos países vizinhos. Todos os períodos resguardam diferentes contextos do sistema internacional e do cenário doméstico, que resultaram em mudanças de direcionamento na política externa adotada pelo Brasil, apresentados posteriormente. Para tanto, entende-se como ‘política exterior’ toda atuação voltada para fora do escopo do Estado nacional, compreendendo a existência de agentes de política externa habilitados pelo mesmo Estado soberano (Ribeiro; Ferreira; Sposito, 2025).

Para simplificar a exposição dos fatos, o período histórico foi dividido em: (a) Brasil Império (1822-1889); (b) Primeira República (1889-1930); e (c) Era Vargas a Ditadura Militar (1930-1985). Optou-se por iniciar a partir do governo imperial, após a independência, devido ao entendimento de que a formação dos Estados platinos impactou diretamente nas suas decisões acerca dos atores externos. O foco está na exposição dos principais eventos relativos à política externa brasileira frente aos países sul-americanos durante os recortes, não sendo o objetivo deste trabalho analisar historicamente cada período.

4.1. BRASIL IMPÉRIO (1822-1889)

Com o advento do processo de independência brasileiro, a nova administração imperial optou por uma política externa atuante em torno de duas zonas de pressão. A primeira correspondia às relações com as metrópoles, na Europa, e a segunda estava situada na região da bacia platina, na América do Sul (Cervo; Bueno, 2002). A disputa pelo controle do Prata envolveu os países recém-independentes que compartilhavam o acesso à Bacia do Prata, sendo eles os atuais Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Além dos interesses comerciais¹, cerca de um terço do território brasileiro poderia ser acessado apenas através dos rios platinos. A fronteira era vulnerável a qualquer tipo de desordem política, alertando os representantes do Império em relação à soberania nacional e a consolidação do eventual Estado brasileiro. Assim, o período do Brasil Império foi marcado por alternados momentos de intervenção e vigilância em relação aos seus vizinhos (Cervo; Bueno, 2002; Fonseca Jr.; Soares, 2025).

Apesar da conquista emancipatória em relação à Portugal, o Brasil continuou em regime monárquico, desta vez com o imperador Dom Pedro I, herdeiro da família real portuguesa que regia o país enquanto colônia. Essa especificidade da história brasileira

¹ “Na antevéspera da fase independente, a importação platina de escravos em troca de charque e couros principiava a animar o comércio com o Brasil, de onde provinham dezenove dos trinta navios negreiros entrados no porto de Buenos Aires entre 1797 e 1798. Um quarto de século depois, no ano da independência brasileira, o Brasil havia-se transformado no segundo maior exportador de bens ao mercado platino, vindo em seguida à Inglaterra e antes dos Estados Unidos” (Ricupero, 2017, p. 134).

garantiu a singularidade da última monarquia no continente americano republicano (Couto, 2007). O império brasileiro contribuiu para a manutenção da relação assimétrica entre Brasil e Inglaterra, que cooperou financeiramente para a independência brasileira. Essa participação repercutiu entre maior e menor prevalência dos interesses britânicos, especialmente na região platina (Ricupero, 2017).

A influência britânica no território brasileiro abrangeu os principais tópicos do momento: a escravidão e o comércio (Holanda *et al.*, 2004). Para o sistema internacional do século XIX, era necessário que os países recém-independentes adotassem seu modo de produção capitalista. A defesa da política das portas abertas, especialmente pela Inglaterra, foi imposta aos novos mercados independentes, que passaram a importar os manufaturados europeus e permaneceram focados nas atividades de produção de matéria-prima. Assim, o liberalismo europeu induziu a divisão internacional do trabalho. O Brasil foi um dos países que cedeu às negociações estrangeiras e bloqueou o desenvolvimento capitalista interno, permanecendo com o papel de produzir e comercializar produtos primários (Cervo, 2003). Além disso, devido à necessidade de abrir novos mercados, a Inglaterra, em negociação com o Brasil, propôs o reconhecimento da independência brasileira em troca da extinção do tráfico escravo no país. Como resultado, após ceder à pressão europeia e se comprometer a extinguir o tráfico, a popularidade de D. Pedro I declinou entre os latifundiários, pouco antes da sua abdicação em 1831 (Holanda *et al.*, 2004).

Amado Cervo (2003) ofereceu uma leitura paradigmática para a política externa brasileira desde a chegada da família real portuguesa até a primeira década do século XXI. O período do Brasil Império é enquadrado dentro do recorte temporal abordado pelo Paradigma Liberal-Conservador (1810-1930). Dessa forma, as políticas adotadas podem ser entendidas a partir de uma ideologia ‘liberal’ europeia na economia, determinando o modo de produção, atuação do comércio interno e externo; e uma face ‘conservadora’ na política, definindo as relações internacionais e negociações sobre as fronteiras nacionais. Feldman (2009) aponta o fato de que a política externa do Império não era discutida em instituição própria, ficando a cargo do Parlamento e do Imperador (Brasil, 1824), com uma atuação singular do Conselho de Estado. Àquele momento coube aos parlamentares a percepção do interesse nacional como um reflexo dos interesses dos grupos envolvidos com a produção agroexportadora, em que o autor argumentou:

[...] o Estado manobrava um processo decisório em política exterior voltado, primordialmente, àquela leitura restrita do interesse nacional que fazia. Compreendemos, assim, o esquema de relações econômicas internacionais a que se submeteu o Brasil durante bem mais de um século: exportações primárias e importações industriais, prestígio externo como convinha a oligarquias de

dominação interna e crédito junto à praça de Londres para enfrentar eventuais problemas de balanço de pagamentos (Cervo, 2003, p. 11).

O recorte de 1822 a 1889 foi marcado por conflitos importantes para a definição do convívio regional. Aqui, destacam-se a Guerra da Cisplatina (1825-1828) e a Guerra do Paraguai (1864-1870). Rio de Janeiro e Buenos Aires, ambos independentes, assumiram a disputa secular entre Portugal e Espanha pelo controle do Prata. A busca por hegemonia na região, envolvendo as duas capitais, se desenrolou em conflitos armados relativos à anexação do território da Província Cisplatina. Dom João VI, com aspirações imperialistas dentro do continente, tinha por objetivo a incorporação de Buenos Aires e Montevidéu (Coronato, 2025). Entretanto, o monarca enfrentou uma forte pressão internacional contrária. Assim, em 1821, manteve apenas a anexação da Cisplatina.

Em 1825, houve um agravamento da tensão regional quando Buenos Aires decretou a incorporação da mesma província. Essa movimentação resultou numa declaração brasileira de guerra contra Buenos Aires, que teve como consequência a mediação da Inglaterra para equilibrar a disputa por poder na Bacia do Prata. A Guerra da Cisplatina chegou ao fim quando o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata assinaram a Convenção Preliminar de Paz (1828), na qual a Cisplatina foi oficialmente separada do Brasil e obteve a sua independência. Contudo, “a independência do Uruguai, embora formalmente assegurada, permaneceu condicionada à influência direta das potências vizinhas” (Coronato, 2025, p. 6).

De acordo com Leandro Coronato (2025), perder a Cisplatina expôs a fragilidade política e militar do Império brasileiro, que possuía uma baixa capacidade de mobilização para momentos críticos internos e externos (Cervo; Bueno, 2002; Coronato, 2025). Após o encerramento do conflito cisplatino, o posicionamento externo adotado era de neutralidade, medida que permitiu focar na agitada realidade do cenário doméstico. A posição neutra foi importante para o Império demonstrar que evitaria qualquer guerra com os países vizinhos, além de poder se organizar nacionalmente (Magnoli, 1997). Para a incipiente diplomacia brasileira, a Convenção Preliminar de Paz representava um fator permanente de instabilidade na região platina, visto que não resolveu todos os embates entre Rio de Janeiro e Buenos Aires, como discorreu Luan Siqueira (2021):

A Guerra da Cisplatina abriu horizontes para novas disputas políticas em torno do Prata, tanto com o surgimento dos grupos políticos dos Blancos e Colorados, que disputariam o poder no Estado Oriental, nas pretensões ambiciosas de Juan Manoel de Rosas, governador de Buenos Aires, como nas tensões políticas no sul do Império (Siqueira, 2021, p. 61).

Durante os anos entre a Guerra da Cisplatina e a Guerra do Paraguai, o Brasil enfrentou diversas mobilizações internas de caráter separatista, social e político contra o

regime imperial, como a Revolução Farroupilha² (1835-1845), a Cabanagem³ (1835-1840) e a Revolta dos Malês⁴ (1835). A primeira revolta, localizada próxima à fronteira com Montevidéu, contribuiu para a manutenção da política de neutralidade, visto que os farrapos se aproximavam dos líderes militares vizinhos. Uma intervenção brasileira causaria maior instabilidade para as políticas em relação à região do Prata (Siqueira, 2021). A Farroupilha, que estava envolvida com os conflitos internos no Uruguai e na Argentina, se tornou responsável por reestruturar toda a política do Império em relação aos países platinos, que gerou consequências até a Guerra do Paraguai (Magnoli, 1997).

A política externa adotada pelo império brasileiro nos primeiros anos serviu para consolidar o reconhecimento internacional e legitimar a sua independência. Dessa maneira, o imperador D. Pedro I foi capaz de manter a unidade da monarquia, frente aos desafios das primeiras décadas (Cervo; Bueno, 2002). A face conservadora do paradigma de política externa, relativa às negociações internacionais, garantiu uma atuação voltada para controlar o subsistema platino e firmar as fronteiras nacionais (Cervo, 2003). Depois da Guerra da Cisplatina e dos embates com Buenos Aires, o Império adotou uma postura retraída frente às suas relações externas, corroborada pela diplomacia ‘arrogante’ das potências internacionais e a urgência do reordenamento interno (Cervo; Bueno, 2002).

A década de 40 do século XIX marcou o início de “[...] um período de forte ênfase no subsistema regional, com constantes intervenções brasileiras, com vistas a garantir a livre navegabilidade nos rios da bacia do Prata e o mapa geopolítico” (Oliveira, 2005, p. 31). A adoção de uma política passiva acerca das movimentações platinas deu abertura para uma maior desenvoltura de Juan Manuel de Rosas, governador de Buenos Aires, o que não era positivo para os representantes do império por temer uma tentativa de supremacia argentina. Portanto, o novo contexto originou um novo capítulo do intervencionismo brasileiro na região do Prata (Cervo; Bueno, 2002).

Ainda durante a regência de D. João VI, uma das principais políticas platinas foi impedir Buenos Aires de recuperar o território paraguaio e constituir um grande rival ao

² A Revolução Farroupilha estava situada ao extremo sul do país, uma área de posse incerta, mas essencial para o acesso à Bacia do Rio da Prata. Os farrapos eram aqueles locais que se revoltaram contra o governo imperial e tinham aspirações separatistas e republicanas (Schwarcz; Starling, 2015).

³ A Cabanagem se tratou de um confronto entre grupos sociais (principalmente indígenas e escravizados) e elites locais do Grão-Pará, cujas reivindicações estavam atreladas às pautas de fim da escravidão e o direito à autonomia local, além do sentimento de completa aversão aos portugueses e outros estrangeiros (Schwarcz; Starling, 2015).

⁴ A Revolta dos Malês surgiu em Salvador como um levante escravista em busca da liberdade e autonomia política. A religião foi um aspecto importante para a leitura da revolta, dado que os ‘malês’ vinham dos africanos mulçumanos na Bahia. Eles lutaram contra a escravidão e a apropriada ocupação dos africanos dos espaços baianos (Schwarcz; Starling, 2015).

Brasil. No decorrer da Guerra da Cisplatina, o Império enviou representantes para angariar o apoio ou a neutralidade do Paraguai em relação ao conflito, em troca de benefícios econômicos. Essa relação bilateral decaiu no interesse imperial após a independência uruguaia, mas mantiveram o comércio e os contatos oficiais. Portanto, o relacionamento entre os dois países era ditado pelo contexto regional, não por uma política formal de boa vizinhança, ainda baseado na neutralidade (Cervo; Bueno, 2002).

Como exposto por Francisco Doratioto (2002), após a proclamação da república paraguaia, o ditador José Gaspar Rodríguez de Francia manteve o país em isolamento, como uma forma de assegurar o seu regime e a independência em relação a Buenos Aires. Nesse sentido, “A tentativa do ditador da Confederação Argentina, Juan Manuel de Rosas, na década de 1830, de se impor às antigas províncias do vice-reino do Rio da Prata, abrigando-as em um Estado nacional sob sua chefia, contribuiu para a continuidade do isolamento paraguaio” (Doratioto, 2002, p. 25).

A relação Brasil-Paraguai começou a mudar com a morte de Francia e o golpe da maioria de D. Pedro II. Do lado brasileiro, a monarquia se esforçava cada vez mais para manter uma política rígida em relação ao Prata, enquanto os paraguaios perseguiam o reconhecimento da sua independência, declarada oficialmente em 1842 - a qual o Brasil foi o primeiro país a reconhecer, em 1844. A chegada ao poder presidencial de Carlos Antonio López garantiu a continuidade do autoritarismo de Francia, porém rompeu com o isolamento do país, que passou a participar mais ativamente da dinâmica da região platina. Dessa maneira, o Império voltou a estreitar laços com o país, com o objetivo de isolar Rosas (Doratioto, 2002).

Como Cervo e Bueno (2002) pontuaram, o subsistema platino foi o local onde o Império brasileiro aplicou sua política de potência a partir de 1844. Para os vizinhos, a última monarquia do continente espelhava as aspirações expansionistas portuguesas, o que fortaleceu a unidade nacional frente a uma possível ameaça externa. Ainda nesse momento do século XIX, Uruguai e Argentina possuíam pouca articulação produtiva interna, o Estado paraguaio enfrentava dificuldades na sua abertura externa e as forças no cenário internacional estavam dispersas o suficiente para propiciar a intervenção ativa brasileira. Os esforços políticos estavam centrados em conter Rosas, na Argentina, e Oribe, no Uruguai (Cervo; Bueno, 2002; Doratioto, 2002). A batalha de Monte Caseros, em 1852, consagrou a queda dos dois líderes e a ascensão do Brasil como a “[...] nova potência regional, temporariamente hegemônica” (Cervo; Bueno, 2002, p. 125).

Os bastidores para a Guerra do Paraguai foram compostos, também, por um Paraguai que aspirava participar ativamente da condução política no Prata, guiado por Solano López com “[...] uma vontade nacional de potência, amparada numa economia próspera e em efetivos militares extraordinários” (Cervo; Bueno, 2002, p. 130). Os eixos construídos no Prata, sendo eles Buenos Aires-Rio de Janeiro e Montevidéu-Assunção, articulavam-se entre conter os conflitos internos uruguaios e impedir as movimentações paraguaias. Após a intervenção brasileira no Uruguai, que conseguiu restabelecer a paz no país, formou-se a aliança tripartite contra o Paraguai. Em 1864, a também conhecida como Guerra da Tríplice Aliança:

[...] desencadeou-a López, e sua condução foi sim resultado da vontade de Estado, brasileira em primeiro lugar e argentina em segundo. Foi uma determinação do governo brasileiro eliminar López, como fez com Rosas no passado. Daí o prolongamento da guerra, que se tornou desde cedo impopular tanto no Brasil quanto no Prata (Cervo; Bueno, 2002, p. 132).

O conflito encerrou com a morte de Solano López, em 1870. D. Pedro II comemorou a conquista e afirmou ser uma representação da força daqueles que defenderam a honra nacional. Porém, na realidade, o Brasil saiu da guerra totalmente endividado. Não houve lucros e as contas públicas foram prejudicadas. O único saldo positivo foi a ocupação de uma parte da fronteira e o acesso a rios importantes da bacia (Coronato, 2013). Assim, após longas décadas de intervenção ativa na região, a política externa brasileira adotou uma postura de ‘retraimento vigilante’, em que as relações platinas tornaram-se cada vez menos importantes ao decorrer dos últimos anos do Império (Cervo; Bueno, 2002). Esse movimento também pode ser entendido a partir de duas tendências: a ‘distensão’ (face conservadora da PEB) na região do Prata, com o objetivo de manter a estabilidade regional e evitar guerras futuras; e o ‘universalismo’ (face liberal da PEB) para as demais questões internacionais, com as principais pautas centradas em aumentar o prestígio nacional e as ações no sistema internacional (Coronato, 2013).

4.2. PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)

Com a mudança de regime político, resultado da redistribuição de interesses, a política externa republicana assumiu novas características dentro do continente americano. Como supracitado, o Brasil enfatizou a produção primária, que elevou o café ao maior patamar das exportações nacionais; assim, “[...] todas as transformações de caráter social e econômico vividos na Velha República estarão ligadas a este fenômeno que tem no café seu carro-chefe” (Santos, 1991, p. 254). Por conseguinte, o país viveu uma crescente urbanização,

desenvolvimento industrial e imigrações. Além disso, a república federativa descentralizou o poder e aumentou a influência dos grandes estados, como São Paulo e Minas Gerais, levando à criação de oligarquias locais. Entretanto, esse processo de transição não passou incólume aos levantes sociais e às transformações no sistema internacional (Santos, 1991).

Similar ao início do período imperial, a nova república buscava o reconhecimento internacional para assegurar as parcerias mais estáveis e minimizar os efeitos negativos externos das convulsões internas. Nesse sentido, é compreensível que os países americanos tenham sido os primeiros a reconhecer o governo republicano, em contraste aos Estados Unidos e Europa que o reconheceram somente a partir de 1890. No que diz respeito à política exterior, a instauração da república deu continuidade a uma política de cautela, e posterior pacifismo, rompendo com o intervencionismo no Prata. Ainda, moveu-se em três eixos principais. Primeiro, acompanhando a nova configuração mundial de progressiva mudança na hegemonia mundial, passou a estreitar laços com Washington, que substituiu Londres em termos de potência hegemônica (Santos, 1991; Feldman, 2009; Ricupero, 2017).

O segundo eixo, que interessa ao desenvolvimento deste tópico, manteve a preocupação em demarcar juridicamente todas as fronteiras nacionais, tendo como corolário jurídico o conceito de *uti possidetis de facto*, que foi contestado pelos países com os quais o Brasil tinha questões lindeiras. Por último, teve como diretriz o incentivo ao multilateralismo, mediante maior participação ativa do país na dinâmica internacional (Feldman, 2009; Ricupero, 2017). Ainda, faz-se importante notar que as ‘continuidades’ na política externa brasileira da Primeira República são independentes da mudança de regime e das trocas presidenciais da época (Cervo; Bueno, 2002). Outra mudança que deve ser enfatizada é a transição do *locus* decisório da política externa. Houve um esvaziamento do papel do Parlamento, que conduzia as pautas externas durante o Império, distanciando “[...] o corpo representativo das decisões executivas em matéria de relações exteriores no Brasil”, e centralizando as discussões no Itamaraty (Santos, 1991, p. 258).

O Brasil permaneceu com uma política externa em ‘retraimento vigilante’, ao mesmo tempo em que buscava caminhos para dissipar a desconfiança dos vizinhos em relação ao Brasil. Os deputados da república recém-estabelecida adotaram um sentimento de ‘americanização’ (ou ‘pan-americanismo’), a partir do qual o Brasil era visto como unificador e pacificador das relações sul-americanas. As questões de limites territoriais pendentes, negociações comerciais e preocupações militares continuaram a sombrear as relações dentro do continente. Na transição do Império para a República, Brasil e Argentina se reaproximaram amigavelmente, através do intermédio do ministro Quintino Bocaiúva. Porém,

brevemente se transformou em um novo espírito de rivalidade devido à disputa pela região de Palmas (ou Missões), que foi solucionada pela arbitragem dos Estados Unidos. “O idealismo do início da República em relação às nações americanas foi substituído por uma atitude realista, preocupada com o aumento do quadro de atração da Argentina no contexto da bacia do Prata e atenta ao equilíbrio de forças no Cone Sul” (Cervo; Bueno, 2002, p. 182), o qual se intensifica após disputas de fronteira entre Argentina e Chile. Além disso, visando eventuais conflitos, o Brasil não se posicionou dentro do debate sobre o desarmamento da época.

Acerca dos limites territoriais brasileiros, a Primeira República tem como destaque as soluções diplomáticas encontradas para os litígios com os países vizinhos, nas quais há uma centralidade na figura do José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco. Chanceler do Brasil durante 1902 a 1912, conhecido como o Período Carismático do Itamaraty (Cheibub, 1974), o Barão “[...] se confundia com a própria noção de Pátria. Ao barão e ao seu talento, creditam-se mais de 500.000 km² do atual território brasileiro” (Santos, 1991, p. 266). O patrono da diplomacia brasileira recebeu os créditos pela solução das questões lindeiras, principalmente pelo pacifismo e juridicismo adotado durante todos os episódios (Cervo; Bueno, 2002).

Em retrospectiva histórica, convém mencionar os principais casos definidos pelo Barão. Antes mesmo de assumir o cargo de Ministro das Relações Exteriores do Brasil, o Barão do Rio Branco participou das negociações da Questão de Palmas, juntamente com a Argentina, sobre os limites da região referente a uma parte dos atuais estados de Santa Catarina e Paraná (no Brasil), e a o Província de Misiones (na Argentina). O acordo foi arbitrado pelo então presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, que decidiu a favor do Brasil em 1895. Já como chanceler brasileiro, em 1906, assinou o Tratado de Limites entre o Brasil e a Guiana Holandesa (hoje Suriname), que “[...] precisa como fronteira a linha dos rios que vão da Guiana Francesa até a Guiana Inglesa” (Santos, 1991, p. 269). No ano seguinte, foi assinado um tratado com a Colômbia, que tinha por objetivo conceder direitos de navegação na bacia amazônica ao poder colombiano, em troca do reconhecimento de reivindicações territoriais brasileiras na região (Santos, 1991).

A questão envolvendo o território acriano foi uma das mais sensíveis. Bolívia e Brasil entraram em disputa pelo Acre ainda no final do século XIX, devido à produção de borracha e a conseqüente imigração em massa de trabalhadores dos dois países. No início do século XX, a tensão se intensificou quando o governo boliviano fechou um acordo com uma empresa norte-americana, que estabeleceu o *Bolivian Syndicate*, garantindo-lhe poder administrativo sobre o território, incluindo o recolhimento de impostos. O conflito foi resolvido através da

assinatura do Tratado de Petrópolis (1903), a partir do qual o Brasil saiu a maior parte do território acriano, e depois de intensas negociações com o Peru. A incorporação acriana pode ser considerada uma compra, pois, além do pagamento de uma indenização e da compensação de território à Bolívia, o governo brasileiro garantiu-a livre acesso a ferrovia e rios para acesso ao oceano. Em 1909, o Barão também foi responsável por negociar o tratado que finalizou a demarcação das fronteiras entre Brasil e Peru (Santos, 1991; Cervo; Bueno, 2002).

O Barão do Rio Branco, mesmo antes de assumir o papel de chanceler, não queria abrir um conflito de interesses com os Estados Unidos, até então aliado ao Brasil. Ele compartilhava da visão de que a soberania brasileira sobre a Amazônia dependia dessa relação amistosa, apesar de não descartar a possibilidade da ambição estadunidense sobre a região. A fortificação da relação entre Brasil e Estados Unidos causou preocupação nos países sul-americanos pelo temor do imperialismo norte-americano, em que ambos compartilhariam aspirações hegemônicas no continente. Por isso, o Barão buscava recuperar a simpatia dos vizinhos, assim como se aproximar dos demais países. “[...] A aproximação Argentina-Brasil-Chile, nos termos em que Rio Branco concebia, não significava criar um contrapeso à influência norte-americana. O ABC seria para atuar de acordo com o governo de Washington, numa espécie de condomínio oligárquico de nações” (Cervo; Bueno, 2002, p. 211). Ricupero (2017) colocou como um dos defeitos da diplomacia republicana a renúncia de interesses nacionais em nome da simpatia e de ‘ilusões de afinidades ideológicas’. Apesar disso, para o diplomata, a política exterior do Brasil foi o setor mais exitoso e garantiu as primeiras vitórias da República, dada a instabilidade política e econômica interna que o país vivia.

Em suma, foi durante o período da Primeira República que se consolidaram os princípios das relações internacionais do Brasil: o pacifismo, através da distensão externa em relação à região platina; o juridicismo sobre os tratados e convenções, fortificado durante as discussões de demarcação fronteiriça com o *uti possidetis de facto*; o realismo, que adequou a percepção dos reais interesses nacionais; e o pragmatismo, que pretendia baixa dimensão ideológica nas decisões de política externa. Além disso, a atuação relativamente autônoma do Barão do Rio Branco garantiu maior estabilidade e continuidade da PEB durante as mudanças presidenciais. Após a morte do Barão em 1912, as principais diretrizes externas do país foram o cultivo da relação amistosa com os Estados Unidos, estabelecendo uma “aliança não escrita” durante a Primeira Guerra Mundial (PGM), e a busca pelo prestígio internacional (Cervo; Bueno, 2002; Garcia, 2006).

4.3. ERA VARGAS A DITADURA MILITAR (1930-1985)

O ano de 1930 marcou mudanças importantes a nível doméstico e externo. Internacionalmente, os Estados Unidos enfrentaram a quebra da bolsa de Nova Iorque, em 1929, a qual ocasionou crises nas democracias liberais e desorganizou o comércio internacional. A competição pela hegemonia entre Estados Unidos e a Europa levou a um contexto em que o continente ‘latino-americano’ passou a ser visto como uma zona de disputa de influência. Dado o cenário, a política externa de Roosevelt, nos EUA, optou por abandonar o intervencionismo e aplicou a Política da Boa Vizinhança na América Latina (América do Sul, América Central, Caribe e México), como forma de garantir a difusão dos ideais liberais norte-americanos no continente. Essa concorrência era benéfica para o Brasil, pois aumentava a margem de escolhas do país, embora essa ‘autonomia pela barganha’ estivesse condicionada por fatores exógenos. Já no âmbito doméstico, o Brasil enfrentava uma crise de superprodução do café (intensificada pela quebra da bolsa nova-iorquina), que abriu espaço para os primeiros grupos industriais. Houve, também, a ascensão das novas ideologias (comunismo, modernismo e nacionalismo), em consequência ao grande volume migratório. Assim, estava configurado o palco para a chamada Revolução de 30, que rompeu com a hegemonia do setor agroexportador no poder (Cervo; Bueno, 2002; Garcia, 2006; Moura, 1980).

Em decorrência das mudanças políticas brasileiras e internacionais, a década de 30 do século XX foi o momento de transição paradigmática da PEB. O paradigma Liberal-Conservador foi substituído pelo Estado Nacional Desenvolvimentista, responsável por consolidar o nacionalismo econômico com o objetivo de alcançar a industrialização interna, emulando as práticas das grandes potências. Esse processo se alastrou por toda a América Latina, onde o Processo de Substituição de Importação (PSI) ordenou a transição econômica que deveria superar a disparidade entre as nações e diminuir a dependência externa (Moura, 1980). Nas palavras de Cervo (2003):

Os impulsos internos advinham especialmente dos que criticavam a dependência e o atraso histórico e das demandas de uma sociedade que se havia transformado. Massas urbanas a requerer emprego e renda, burguesia nacional ávida por oportunidades de negócios, militares a procura de meios com que prover a segurança, intelectuais e políticos de mentalidade revolucionária. Manobrar em meio à divisão do mundo em blocos foi uma possibilidade concreta que perceberam os novos dirigentes, conduzidos ao poder por eleições, como no México e na Argentina, ou por uma revolução, como a de 1930 no Brasil (Cervo, 2003, p. 11-12).

Na circunstância considerada ‘revolucionária’ do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), o principal traço de atuação da PEB era a ‘equidistância pragmática’ entre EUA

e Alemanha, refletindo a falta de coesão do governo. Rompendo com o eixo do início do século, a relação com os EUA não foi de alinhamento automático, que defendia a liberalização da economia, enquanto o governo defendia a proteção da indústria nascente, de acordo com a nova percepção do interesse nacional. Quanto aos temas relativos à América do Sul, Vargas deixa o poder sem alcançar uma posição proeminente brasileira no continente (Moura, 1980). Durante o governo varguista, a Argentina se consolidou como um dos parceiros comerciais mais importantes do Brasil, sendo um ‘escadouro natural’ para os produtos primários. “Em 1939, a Argentina comprou do Brasil mercadorias no valor de 71,6 milhões de pesos, o equivalente a 6% de suas importações, e lhe vendera cerca de 60,6 milhões de pesos, ou seja, destinara-lhe 4,3% de suas exportações” (Bandeira, 2014, p. 182). Ambos países estavam temerosos com as consequências econômicas da guerra na Europa, o que os levou a negociações comerciais importantes para consolidar o laço cooperativo entre as nações sul-americanas.

Finalizada a SGM, a América Latina buscou tratar do seu papel na nova ordem internacional através da Conferência do México (1945). A fim de evitar novos conflitos a nível mundial, houve uma disputa entre o grupo que defendia uma abordagem regional (“regionalistas”) para questões de segurança internacional, e o que sustentava uma abrangência mundial (“universalistas”) da organização responsável por manter a paz - a futura Organização das Nações Unidas (ONU). A princípio, os países latino-americanos aprovaram a Ata de Chapultepec (1945), na qual ficou estabelecido que uma agressão a qualquer país do continente seria considerada uma agressão a todos os países americanos. Esse documento serviu como base para o futuro Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), em 1947, que cumpriu o mesmo princípio de defesa mútua (Moura, 1991).

Além da assinatura do TIAR, a formação da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948, estabeleceu os direitos e deveres nas relações interamericanas, dentro do contexto de discussões multilaterais sobre soluções pacíficas de conflitos. A intenção inicial dos governos era fortalecer a autonomia do sistema regional, enquanto os EUA tratavam de subordinar a instituição às regras da ONU, voltando o debate para a leitura universalista de manutenção da paz. A partir da ONU surgiram várias Comissões Econômicas, com destaque para a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), criada em 1948. A CEPAL contou com a participação ativa do economista brasileiro Celso Furtado. Porém, foi o economista Raul Prebisch que derrubou as resistências contra a comissão voltada para a América Latina. Prebisch propôs o “modelo cepalino”, a fim de promover o desenvolvimento

industrial nacional mediante a cooperação econômica sul-americana e esquemas de integração (Figueiredo, 1990; Moura, 1991; Almeida, 2001).

No cenário brasileiro, a ascensão de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) ao poder presidencial retomou o alinhamento norte-americano e descontinuou as medidas econômicas nacionalistas de Vargas. Entre outras motivações, como a aproximação ideológica, Dutra acreditava que o Brasil possuía uma relação singular com os EUA, que seria capaz de garantir posição militar e política única na América Latina. A agenda de PEB de Dutra se dividiu em dois grandes temas, sendo eles a aproximação amistosa com as nações americanas e a maior participação nas discussões multilaterais de preservação da paz (Moura, 1991). Tratando do aspecto ideológico, a aproximação entre Dutra e os EUA era explicada, também, pela tentativa de construir uma frente anti-comunista (representada pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS) durante a Guerra Fria⁵, que iniciou após o fim da SGM. Através de acordos bilaterais, os EUA forneceram armamento, enviaram missões militares e treinamento para as forças armadas dos países latino-americanos (Moura, 1991).

A política regional de Dutra foi marcada por uma dualidade entre equilíbrio estratégico e o isolamento diplomático, principalmente em relação à Argentina, “[...] mas o quadro evolui, sobretudo a partir da era Kubitschek, para a superação da competição e sua substituição pela convivência e pela cooperação” (Almeida, 2001, p. 5). Esse distanciamento pode ser avaliado a partir das discrepâncias entre o governo de Dutra, no Brasil, e o de Juan Domingo Perón, na Argentina. O governo brasileiro atuava para combater o comunismo e movimentos trabalhistas e sindicais, enquanto fomentava a reconciliação do bloco liberal-conservador no poder. Em contramão, o governo peronista “[...] consolidou a aliança entre o movimento sindical e o Exército, como fatores reais de poder, com o objetivo de instalar um regime de garantia do trabalho e promover o desenvolvimento industrial da Argentina” (Bandeira, 2014, p. 216). Além disso, o Brasil procurava se manter fiel aos Estados Unidos, enquanto a Argentina mantinha uma posição equidistante entre os dois polos de poder internacional (Hirst, 1990; Almeida, 2001; Bandeira, 2014)

Tendo em vista a conjuntura internacional que se apresentava, os próximos governos brasileiros adotaram pautas de política externa cada vez mais autônomas, e até independentes, dos interesses estritamente estrangeiros. Vargas retornou ao poder em 1951, no momento em

⁵ O SI no pós-SGM lidou com a emergência de duas potências, os EUA e a URSS. Apesar de que “[...] nunca tenham entrado em confronto bélico direto, Estados Unidos e União Soviética passaram desde o início da década de 1950, a disputar poder e influência política, econômica e ideológica, interferindo ou até mesmo promovendo conflitos regionais por todo o globo, fomentando guerras em outras nações e usando-as para estabelecer ou reforçar alianças regionais, e com isso ampliar sua zona de influência” (Gesteira, 2014, p. 3), o que ficou conhecido como ‘Guerra Fria’, devido a ausência de combate militar direto.

que a América Latina e suas ações nacionalistas eram tratadas como consequências da expansão comunista no mundo bipolar. Apesar de não oferecer ameaça concreta ao poder hegemônico dos Estados Unidos, foi o alinhamento interamericano que revitalizou o setor militar dessas nações, apesar das resistências argentina, mexicana e guatemala contra qualquer nível de subordinação militar ao líder norte-americano. O novo governo varguista buscou manter um relacionamento de cooperação econômica com o governo estadunidense e retomar o poder de barganha brasileiro, o que ocupou a maior prioridade na agenda de política externa e constituiu um obstáculo para o aprofundamento das relações com a América Latina (Hirst, 1990). Para evitar o distanciamento, “[...] as relações com a América Latina concentravam-se em dois espaços: OEA e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)” (Hirst, 1990, p. 23).

De forma geral, reinava a indiferença das elites nacionais em relação aos vizinhos, construindo um quadro de isolamento dentro do continente, compartilhando a percepção norte-americana de integração regional como uma ameaça à estabilidade do sistema interamericano. Essa foi a explicação encontrada por Perón para a recusa de Vargas em formar o Pacto ABC, o qual pretendia uma unidade econômica na região a partir de uma aliança entre Argentina, Brasil e Chile. Perón deu continuidade e formou a base para a união chileno-argentina com o objetivo dos países vizinhos aderirem, o que resultou em diversas iniciativas diplomáticas brasileiras para impedir a expansão da influência argentina e travar qualquer movimento de integração. Algumas dessas iniciativas envolveram a expansão de estradas de ferro nas fronteiras com o Paraguai e a Bolívia, além de fomentar o contato oficial com a Venezuela, Colômbia e o Chile (Hirst, 1990). A mobilização argentina levou à fortificação de um sentimento anti-Perón no país, como explicou Monica Hirst:

Em nenhum momento da história contemporânea brasileira, as relações com a Argentina geraram tamanha mobilização política interna. O peronismo era caracterizado como uma grande ameaça que poderia atingir tanto a ordem interna quanto os compromissos internacionais do Brasil. Não resta dúvida que o debate nacional em torno desta questão revelava uma intensa manipulação, que visava agravar a crise política em que o país naufragava (Hirst, 1990, p. 38).

Após a morte de Vargas e as novas eleições, Juscelino Kubitschek (1956-1961) assumiu a presidência e trouxe como destaque a criação da Operação Pan-Americana (OPA). A OPA atuaria em três frentes: a) a busca por maior participação e autonomia na política internacional; b) o combate ao subdesenvolvimento econômica da América Latina ao associar os eixos de desenvolvimento e segurança; e c) a representação de uma iniciativa de caráter e objetivos multilaterais, sem pretensão de liderança continental. Essa ação presidencial

encontrou resistências por parte dos EUA e do Itamaraty, devido à falta de comunicação aos representantes, mas conseguiu obter sustentação a partir da mudança no direcionamento da política externa estadunidense em relação ao continente. Essa atuação brasileira assumiu as dimensões política e econômica, associando segurança, democracia e desenvolvimento econômico, de modo a enfatizar os temas de autonomia, multilateralismo e desenvolvimento. (Silva, 1992). A ampliação da agenda autônoma e independente da PEB, que começou com o nacionalismo de Vargas e teve continuidade pelo desenvolvimentismo de Kubitschek, reverberou na futura Política Externa Independente (PEI) dos governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964). Assim como as medidas adotadas nos governos anteriores, a PEI abrangeu as vertentes diplomática, econômica e social, com o objetivo de transformar a atuação internacional do Brasil para uma diplomacia realmente mundial. O projeto foi interrompido pela ação intervencionista de Washington, em parceria com políticos e militares pró-americanos, que articulou o golpe cívico-militar de 1964 (Vizentini, 1994).

Como argumentou Enrique Padrós (2008), as ditaduras latino-americanas localizam-se no contexto de pressão do capital internacional para a consolidação de um novo modelo de acumulação, assim como pelo temor interno do avanço de projetos revolucionários no continente, principalmente por causa da vitória da Revolução Cubana. No contexto da Guerra Fria, a ‘ameaça comunista’ foi utilizada como fator de legitimação para a Doutrina de Segurança Nacional, importada dos EUA, que despertava as forças armadas nacionais para a necessidade de intervenção política para garantir a segurança e coesão interna. A atuação ditatorial dos Estados da região, ao mesmo tempo em que condizia com as especificidades internas, também se mostrou extraterritorial. A violência estatal alcançou embaixadas, fronteiras e territórios dos países vizinhos, principalmente através de esquemas como a Operação Condor (Padrós, 2008; Souza, 2011).

Em 1971, às vésperas do resultado das eleições uruguaias, começou a circular a informação de que o Brasil, em articulação com a Argentina, teria enviado tropas para a fronteira com o país para intervir caso ocorresse a vitória da coligação nacionalista, o que ficou conhecido como a Operação Trinta Horas. A intervenção estatal não ocorreu devido à derrota do partido Frente Amplio nas eleições, o que não impediu outras formas de interferência brasileira, apesar de não existirem documentos comprobatórios dessas movimentações além do pronunciamento de Richard Nixon, presidente dos EUA. Fato é que o Brasil desempenhava a função de aliado incondicional de Washington na contenção comunista no continente (Silva, 2011).

Devido aos esforços e incentivos estadunidenses no setor militar dos países sul-americanos, suas lideranças militares, que ascenderam ao poder a partir de um golpe político, articulavam-se para manter uma interconexão dos serviços de inteligência. Em 1975 ficou definido que os serviços secretos de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai atuariam na Operação Condor, com o fito de facilitar a ação dos agentes repressivos e a execução das operações repressivas em conjunto. “Nos países do Cone Sul não havia refúgio seguro, espiões dos serviços de inteligência estavam infiltrados nas embaixadas, nos correios e telégrafos, nas empresas telefônicas, nas companhias de aviação e nos bancos estaduais” (Souza, 2011, p. 164). A priori, os documentos históricos disponibilizados comprovaram a participação brasileira na Operação, porém não aspiraram extrapolar os limites da América do Sul como fizeram o Chile, Paraguai, Uruguai e a Argentina. A partir de 1974, no início da redemocratização proclamada pelo general Ernesto Geisel (1974-1979), o Brasil começou o processo de abertura gradual e acordado. O contexto brasileiro tendia para o desfecho da ditadura, o que atraiu refugiados estrangeiros para o país, mas o Brasil permaneceu ativo na Operação Condor através de diversas denúncias e prisões em solo nacional (Souza, 2011).

A partir do exposto, é possível observar que, ao longo de todo o retrospecto histórico, o relacionamento sul-americano do Brasil esteve pautado por fortes interesses estrangeiros e aspirações de liderança continental das elites nacionais. Durante o período imperial, a permanência da gerência portuguesa ditou a projeção de potência na região platina, que culminou em conflitos armados e o aumento da desconfiança entre os países. Particularmente sobre a relação com a Argentina, os governos brasileiros alternaram entre momentos de intervenção e vigilância, partindo para um parceiro econômico e ideológico durante o século XX. Foi durante uma dessas aproximações ideológicas argentino-brasileira que surgiram as mobilizações por uma unificação econômica dentro da América do Sul, especialmente pautada no desenvolvimento nacionalista. A lógica integracionista sul-americana ganhou força após o fim da ditadura militar brasileira, quando a agenda da PEB abrangeu os chamados ‘novos temas’ da política internacional.

5. “EU SOU DA AMÉRICA DO SUL”: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SUL-AMERICANA

*“Não precisam mais temer
Não precisam da solidão
Todo dia é dia de viver
Eu sou da América do Sul*

*Eu sei, vocês não vão saber”
- Para Lennon e McCartney
(Nascimento, 1970).*

O debate sobre a continuidade na política externa brasileira perpassa o aspecto institucional, através da atuação constante do Itamaraty, e o legado histórico do Barão do Rio Branco e da década de 1930, que concretizaram as bases das diretrizes de política exterior dos séculos XX e XXI. Essas características mantiveram a estabilidade e a autonomia da instituição durante a mudança de regime político no país, como foi o caso da ditadura militar de 1964. As mudanças ocorridas em matéria de política externa estavam atreladas a transformações no cenário doméstico e internacional (Simões, 2019). A virada da década de 1990 foi bastante representativa nesses dois aspectos. Internamente, o Brasil estava às vésperas da sua primeira eleição presidencial direta desde a redemocratização e em busca da recuperação econômica do país; e, internacionalmente, o mundo se reuniu para a ascensão da nova ordem neoliberal.

Como defendido por Cervo (2003), o paradigma da PEB se transformou novamente no início dos anos 1990, transicionando do paradigma Estado Nacional Desenvolvimentista para o Estado Normal. A união das crises macroeconômicas com a eleição de presidentes neoliberais por toda a América Latina resultou na adoção de medidas a partir do Consenso de Washington. O Consenso pretendia que os líderes do continente deveriam seguir suas instruções e normas econômicas com o fito de adquirir os empréstimos internacionais necessários para reerguer a economia nacional. “O paradigma do Estado normal foi a grande invenção da inteligência política latino-americana da década de 1990” (Cervo, 2003, p. 15). O Brasil vivenciou, em especial, a eliminação do Estado empresário e inúmeras privatizações. Para o período, era considerado ‘normal’ aquele Estado que estivesse seguindo a cartilha de orientações neoliberais das instituições provenientes da nova ordem mundial.

Foi neste mesmo recorte temporal que o fenômeno da globalização⁶ despontou e influenciou os caminhos a serem traçados pela política externa sul-americana. Através da CEPAL, o pensamento do regionalismo aberto⁷, requerido pela globalização, adentrou o

⁶ Nas palavras de Rubens Ricupero (2017), “A globalização, segundo uma de suas numerosas definições, seria o processo de unificação dos mercados em escala planetária, até formar, em termos ideais, um mercado único para o comércio, os investimentos e os fluxos financeiros. [...] O fenômeno refletia a intensificação da interdependência de bens e serviços entre as economias nacionais, ao mesmo tempo que os investimentos das empresas transnacionais estabeleciam cadeias globais de valor baseada na lógica dos custos” (Ricupero, 2017, p. 611).

⁷ De acordo com Gentil Corazza (2006), o ‘regionalismo aberto’ é um conceito elaborado pela CEPAL, na década de 1990, para pensar a inserção da América Latina na globalização da economia mundial. Pode ser definido como uma conciliação entre a tendência crescente da interdependência regional e a promoção da liberalização econômica. Ou seja, as políticas de integração regional são alinhadas às políticas que objetivam

subcontinente americano. Embora a temática da integração regional tenha se fortalecido aqui, não esteve restrita a esse período (Simões, 2019). Nessa mesma lógica, “[...] o desenvolvimento embrionário do MERCOSUL ocorreu ainda durante a antiga ordem geopolítica global. Somam-se a ele outros antecedentes importantes de soluções pacíficas de controvérsias e de estreitamento de relações [...]” (Simões, 2019, p. 48). Assim, vale citar o Tratado de Cooperação Amazônica, que fundamentou a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), de 1978, o qual assinaram a Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela; e o Tratado Tripartite entre Brasil, Argentina e Paraguai de 1979, que definiu o uso dos recursos hídricos do rio Paraná pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

O início do processo de integração se deve à expansão dos interesses empresariais brasileiro e a mudança na percepção dos objetivos estadunidenses para a região, os quais não permitiriam a abertura para o exercício de uma possível hegemonia brasileira no subcontinente (Cervo; Bueno, 2002). O resultado concreto dos esforços, principalmente brasileiros, em prol do movimento integracionista da América do Sul é a criação do MERCOSUL, “[...] um dos embriões dessa narrativa identitária de apelo sul-americano” (Gavião, 2018). A organização foi criada a partir da assinatura do Tratado de Assunção, em 1991, por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Porém, apenas em 1994 foi assinado o Protocolo de Ouro Preto, que o institucionalizou. O MERCOSUL teve como premissas e objetivos: a liberação da circulação de bens e serviços; a elaboração de tarifa externa e política comercial comum; a coordenação de políticas macroeconômicas; e a harmonização das legislações pertinentes entre os Estados Partes, para fortalecer o processo de integração (MERCOSUL, [20--]). A movimentação brasileira em favorecimento ao processo de integração regional se deve, também, a características da política externa vigente no período, estabelecidas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2001).

De acordo com Tullo Vigevani, Marcelo Oliveira e Rodrigo Cintra (2003), as diretrizes da PEB dos dois mandatos de FHC seguiram as diretrizes constitucionais para as relações internacionais, com a adição da lógica proativa de ‘autonomia pela integração’. Essa reação significava dizer que o Brasil seria mais ativo nas discussões do sistema internacional, contribuindo na organização e regulamentação de um ambiente favorável ao seu desenvolvimento econômico. Assim, o MERCOSUL foi interpretado como uma plataforma

promover maior competitividade internacional, “[...] ainda, procura combinar a liberalização comercial entre os parceiros do bloco regional com políticas de liberalização em relação a terceiros países, ou seja, como acentuam seus autores, num contexto de regionalismo aberto, os acordos de integração podem servir como mecanismo para a adoção das regras internacionais” (Corazza, 2006, p. 146).

para a inserção competitiva do Brasil no cenário global, tornando-se uma prioridade para o governo. Ainda sob esse governo, intensificaram-se as negociações do Acordo de Livre Comércio União Européia (UE) e MERCOSUL, da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), de alianças na Organização Mundial do Comércio (OMC) e de questões para o fortalecimento do MERCOSUL, como a inclusão da Cláusula Democrática (Vigevani; Oliveira; Cintra, 2003). Desse modo, a diplomacia de FHC foi essencial para difundir a ideia da América do Sul como elemento da identidade internacional do Brasil (Galvão, 2009).

Como argumentou Galvão (2009), a ideia de América do Sul como um dos pilares da identidade internacional brasileira passou a ser entendida dessa maneira com o fomento do processo de integração pela infraestrutura da região. Outrossim, o estreitamento dos laços mais estáveis com a Argentina foi um passo fundamental para o avanço integracionista e continuou como tema prioritário para o governo brasileiro, em especial sobre a tentativa de assegurar um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Observa-se, nesse período, uma forte relação entre o universalismo e o regionalismo, já citado em outras décadas. O universalismo, que almejava a diversificação das relações externas, agregou a vertente regionalista (Vigevani; Oliveira; Cintra, 2003).

Pode-se comprovar essa tendência a partir da interação brasileira com outras tentativas de integrar os países da região. Destacam-se as tentativas através da fundação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), em 1960, e sua sucessora, a Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração (ALADI), em 1980. Além dessas, criaram a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (Iirsa). Todos os projetos buscavam articular a integração comercial e física (Ricupero, 2017). Dessa forma, entende-se que o universalismo da década de 90 se concretizou principalmente no âmbito regional, como um resultado cumulativo das ações externas anteriores (Vigevani; Oliveira; Cintra, 2003).

5.1 A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL

A virada do século garantiu maior força ao processo de integração regional e a participação brasileira ativa no SI. A I Cúpula Sul-Americana, realizada em 2000, estreou as mudanças nas relações regionais. As pautas de fortalecimento de autonomia nacional e regional passaram a ser centrais para algumas das iniciativas (Junior; Mariano, 2018). Em 2003, início do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), o país agregou a sua ascensão internacional com a busca por liderança regional na América do Sul. Nesse caso, priorizar as relações com os países sul-americanos permaneceu como um caminho para

aprimorar o prestígio internacional do Brasil, na tentativa de legitimar a sua influência na governança global (Simões, 2019). Ainda sobre a sua política exterior, “[...] assim como nas políticas internas, também houve posturas conciliatórias, embora em um contexto de críticas à ordem mundial, de ênfase na leitura de mundo a partir da divisão Norte-Sul, e de demanda por maior multilateralidade no Sistema Internacional” (Milani, 2016, p. 72). Já dentro da perspectiva autonomista, Vigevani e Cepaluni (2007) definiram a postura do governo como uma ‘autonomia pela diversificação’, enfatizando a cooperação Sul-Sul para buscar maior equilíbrio com os países do Norte.

O governo petista também inaugurou o período do paradigma do Estado Logístico, que, para Amado Cervo (2003), foi o resultado de múltiplos fatores. Os governos neoliberais do final do século XX não conseguiram alcançar seu objetivo máximo de uma liberalização das economias. Havia uma percepção interna de que os líderes das economias centrais não estavam atuando da maneira como foi imposta à América Latina. Além disso, o forte e resistente pensamento crítico no continente foi um dos pilares fundamentais para a fragilização do paradigma Estado Normal. Entretanto, o simples retorno ao paradigma desenvolvimentista não estava sendo considerado. Assim, o paradigma Estado Logístico une os elementos do liberalismo e do desenvolvimento brasileiro, com o objetivo de manter o seu alinhamento a ordem liberal e recuperar uma autonomia decisória (Cervo, 2003).

Como supracitado, na década de 2000, Lula enfatizou a importância e prioridade das relações externas com a América do Sul. O MERCOSUL e a Iirsa, criadas anteriormente, foram aprofundadas e novas iniciativas foram agregadas, como é o caso da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), em 2004 - posteriormente chamada de União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2007 - e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Aqui, destaca-se a abrangência de aspectos culturais e sociais, além de um conteúdo mais político-estratégico do que os projetos prévios, voltados essencialmente para a união a partir do viés econômico (Pecequillo; Carmo, 2017).

Em especial a UNASUL, a instituição evidencia uma preocupação importante para o fortalecimento do processo de integração regional: a construção de uma identidade sul-americana compartilhada e valores comuns. A instituição foi responsável por reduzir o “[...] âmbito regional do latino ao sul-americano respondendo a anseios operacionais e de autonomia, já que a maioria dos países da América Central, inclusive o México, possuem nas relações com os Estados Unidos o norte primordial de suas políticas exteriores” (Meunier; Medeiros, 2013). Como países signatários, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela se comprometeram a

contribuir com essa identidade regional. Assim, estabeleceram no objetivo específico ‘i’ do Tratado Constitutivo da UNASUL: “A consolidação de uma identidade sul-americana por meio do reconhecimento progressivo de direitos a nacionais de um Estado-Membro residentes em qualquer outro Estado-Membro, com o objetivo de alcançar uma cidadania sul-americana” (Brasil, 2017, p. 9).

Portanto, “[...] as origens intelectuais da ideia de América do Sul ganham forma quando a realidade da vida internacional faz da região um sistema integrado em termos de relações sociais, políticas, econômicas, estratégicas e culturais” (Galvão, 2009, p. 65). A construção de uma identidade regional na América do Sul encontrava algumas barreiras, como a limitação idiomática e o histórico de conflitos internos, ambos provenientes de uma herança colonial. Apesar disso, seria um equívoco assumir que a identidade sul-americana começou a ser pensada apenas no século XXI. A partir dessa provocação, é necessário pontuar os primórdios das discussões acerca do conceito identitário dentro da região e as suas transformações ao longo das diferentes conjunturas internacionais.

5.2 A IDENTIDADE REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL

A princípio, o presente trabalho reconhece a existência de identidades entre Estados e é indispensável definir o que é a identidade para os Estados. Para Alexander Wendt (1992), a identidade é entendida como uma construção social, em que há entendimentos e expectativas estáveis sobre o “Eu” e o “Outro”. Entretanto, a forma como Wendt definiu identidades pode se confundir com o comportamento dos Estados, tornando-se ineficaz para analisar as mudanças identitárias. A identidade entre os Estados deve ser apresentada como uma representação discursiva, a qual promove conexões e diferenciações entre o “Eu” e o “Outro”, que é construída “[...] como uma estrutura de significados, que estabelece limites à mudança” (Milani, 2016, p. 17). Portanto, a identidade é co-constituída a partir dos significados compartilhados das ações de política externa dos países, a partir da constante reafirmação pelos seus atos e discursos (Milani, 2016).

De acordo com Isabel Meunier e Marcelo Medeiros (2013), as identidades importam para estabelecer na população o elo com a região, agregando o nível regional como ponderável nas suas decisões e preferências, o que leva ao aprofundamento da integração econômica e cultural. Assim, as identidades internacionais são capazes de definir as possibilidades de ações políticas dentro de uma instituição regional, por exemplo, a partir das quais serão definidos os seus objetivos de política exterior (Meunier; Medeiros, 2013).

Entretanto, para entender a noção de uma identidade regional é importante observar o peso do pertencimento dos países em nível regional (Galvão, 2009).

Nesse sentido, diferenciam-se regionalismo, regionalização e integração regional. Primeiro, o regionalismo diz respeito às regiões instituídas a partir do conjunto de diálogos e tratados intergovernamentais, liderados por Estados. Já a regionalização, é apresentada como um processo que fomenta a região com interdependência econômica, laços institucionais e pertencimento cultural, atribuindo e reconhecendo o papel dos atores estatais e não estatais, incluindo a identidade comum. Por último, a integração regional refere-se à formação de um conjunto regional único no mundo, a partir de uma aproximação formal para a criação do espaço comum. Esse é o caso do MERCOSUL, responsável por promover e impulsionar os laços políticos, econômicos, sociais, culturais e institucionais da região sul-americana (Simões, 2019). Para isso, também convém notar o que Padula (2011 *apud* Pecequillo; Carmo, 2017) argumenta como um dos desafios da identidade regional:

No caso da América do Sul, o desafio da inserção política e econômica internacional estratégica e soberana passa necessariamente pelo processo de integração regional. O espalhamento dos benefícios da integração e seu reconhecimento são necessários para respaldar o processo e criar uma identidade regional, e nisto a infraestrutura tem papel fundamental. E isto só é possível se os países da região possuírem suas próprias redes de infraestrutura, interligadas e submetidas ao interesse de sua sociedade. A integração regional passa pela integração física (Padula, 2011, p. 290 *apud* Pecequillo; Carmo, 2017, p. 17).

O processo de integração regional sul-americano, endossado pelos governos brasileiros contemporâneos, foi um dos passos fundamentais para a consolidação do componente regional na identidade internacional do Brasil. A construção de uma identidade internacional brasileira está lastreada nos registros históricos, nas narrativas difundidas ao longo dos séculos, nos interesses internos e no sentimento de pertencimento. Como exposto anteriormente, o acumulado de ligações e indiferenças do Brasil em relação à América do Sul foi agregado aos ideais da identidade regional atual.

Apesar de momentos com maior e menor engajamento político nesta agenda, o reconhecimento do traço identitário sul-americano do país é considerado inquestionável por Celso Lafer (2001), que escreveu: “Com efeito, para o Brasil a América do Sul não é uma opção e, sim, para com Ortega y Gasset, a ‘circunstância’ do nosso *eu* diplomático” (Lafer, 2001, p. 52, grifo do autor). Todavia, a evolução do pensamento crítico brasileiro, no decorrer do século XX, manteve o uso da identidade ‘latino-americana’ e ‘sul-americana’ como equivalentes. Atualmente, ainda existe uma diferenciação entre a identidade latino-americana

e sul-americana do Brasil, as quais estão calcadas em contextos, locais e discursos discrepantes.

5.2.1 Identidade Latino-americana ou Sul-americana?

O conceito “América Latina” possui dois significados distintos. Por um lado, tem origem francesa, sendo utilizado em contexto de justificativa do imperialismo da França no México, postulando a existência de uma afinidade cultural e linguística entre os povos. Por outro lado, entre os países da antiga América Espanhola, havia uma articulação de uma identidade hispano-americana que superava os nacionalismos locais e regionais, diferenciando-se dos Estados Unidos e demais países americanos. No final do século XIX, a França, os Estados Unidos e a Espanha estavam unidos contra a ‘América Latina’. Primeiro, a partir da intervenção francesa no território mexicano, seguido por décadas da atuação intervencionista estadunidense justificada pelo Destino Manifesto⁸, além do histórico colonial. Fato é que nenhum dos escritos ou políticos, que utilizaram a expressão, incluíram o Brasil no conceito de latino-americano. “América Latina” era outro nome para a “América Espanhola” (Bethell, 2009).

Apesar de compartilhar o passado colonial ibérico, o Brasil estava isolado por suas características geográficas, culturais, econômicas e políticas. Todo o processo de independência de brasileiro foi responsável por manter o afastamento do país, que proclamou a independência de acordo com os interesses da monarquia e manteve sua base econômica na escravidão. Como resultado, Simon Bolívar, idealizador da confederação das repúblicas hispano-americanas contra o inimigo europeu, convidou todos os líderes das Américas para o Congresso do Panamá (1826), exceto por Estados Unidos, Brasil e Haiti. As reuniões em favor deste objetivo fracassaram, mas o Brasil Império permaneceu sendo visto como ameaça por suas ligações europeias, o que levou ao seu posicionamento indiferente à América Latina (Bethell, 2009).

Durante a primeira metade do século XX, os Estados Unidos se sobressaíram política e economicamente em relação aos países ‘latinos’ e tentaram exercer a sua liderança através do pan-americanismo, que tinha suas bases no republicanismo, na liberdade e na democracia. As Conferências Pan-Americanas foram o ápice de concretude dessas idealizações, mas não eliminaram a desconfiança e suspeita dos governos hispano-americanos. Destaca-se, aqui, a

⁸ “O expansionismo cedo gerou nos Estados Unidos a ideologia do “Destino Manifesto”, corrente de opinião que pregava a ocupação pelos ianques de toda a América do Norte, inclusive Canadá e México, em razão de uma suposta superioridade racial e civilizatória” (Ricupero, 2017, p. 28).

liderança argentina, considerado o país mais importante da América do Sul no período, que desafiava a hegemonia estadunidense e o conceito de pan-americanismo. Por outro lado, o Brasil, com sua postura de indiferença, optou por estreitar os laços com os EUA e a Europa (Bethell, 2009).

A partir de meados de 1940, os EUA e as principais potências mundiais continuaram observando a América Latina enquanto espaço de disputa de influência ideológica. A atuação brasileira corroborava para a não inclusão do país na região. O Brasil só passou a ser reconhecido como parte da América Latina pelos Estados Unidos, e consequentemente pelas outras potências, a partir da Guerra Fria. Assim, estava posta uma diferenciação entre duas Américas: a América Anglo-Saxã, composta pelos Estados Unidos e Canadá, integrada à economia global; e a América Latina, interligada pelo passado colonial e a posição periférica no SI (Galvão, 2009). O pensamento da CEPAL foi determinante para a latino-americanização da PEB nos anos 1960, que, apesar de se manter ambígua, foi reorientada durante a Guerra Fria com a associação do Brasil ao conceito de América Latina. Nesse sentido, as próximas décadas levaram a uma homogeneização da região, composta pelas Américas do Sul, Central e o México (Lima, 2013). Portanto, percebe-se que a expressão América Latina está associada a contextos de conflitos geopolíticos e localizada dentro dos debates desenvolvimentistas do século XX, principalmente.

Ambas as expressões, América Latina e América do Sul, não podem ser completamente compreendidas de forma isolada. Durante todo o período de Guerra Fria, que se localiza entre 1945 e 1991, a região foi alvo de disputas ideológicas e econômicas. Entretanto, o elemento geográfico foi determinante para o aprofundamento dos debates sobre regionalização e globalização dentro da América do Sul, a partir da cooperação internacional entre os países, que colaborou para a noção de um espaço sul-americano integrado. Para o Brasil, a identidade latino-americana perdeu sua operacionalidade com a adesão mexicana ao *North American Free Trade Agreement*, ou Nafta (Gavião, 2018). Diante do que foi descrito previamente sobre a intensificação da integração regional na década de 1990, é possível identificar que a expressão América do Sul, enquanto fragmento geográfico, ambiente culturalmente diverso, historicamente alinhado e geopoliticamente complexo, traduz uma posição única no SI que ganhou maior visibilidade após o final da Guerra Fria. Essa mudança de perspectiva se deve, também, ao realinhamento ideológico entre os governos sul-americanos a partir dos anos 2000, que tinham como objetivo o fortalecimento da integração regional (Galvão, 2009; Lima, 2013). Percebe-se, assim, como a América Latina

nunca pareceu ser um tema prioritário para a agenda de PEB, diferentemente da América do Sul (Lima, 2013).

A criação de instituições regionais, como a UNASUL, elevaram a discussão da identidade sul-americana para o centro da política externa brasileira. Desse modo, “A institucionalização da ideia de América do Sul passa por um processo histórico de incremento dos diálogos diplomáticos e construção de um edifício integrativo, como um esforço genuíno de transformar identidades egoístas em uma identidade coletiva” (Galvão, 2009, p. 75). O primeiro governo Lula posicionou a América do Sul como ponto comum entre os interesses nacionais e estrangeiros, demonstrando a urgência da integração sul-americana como um contraponto à hegemonia das instituições lideradas pelos EUA, como foi o caso das negociações dentro da ALCA. A percepção do subcontinente como um espaço de absorção do impacto brasileiro, assim como o Brasil também poderia se beneficiar dos países envolvidos, reforçou a posição diplomática de favorecimento da instrumentalização do conceito de América do Sul. O projeto do Itamaraty incluiu a retomada do histórico do relacionamento brasileiro com os vizinhos e as possíveis novas reações aos desafios impostos pela ordem internacional do século vigente (Galvão, 2009).

A síntese da identidade da América do Sul que ocupava os espaços nos debates regionais consistia na visão governamental de uma área marcada pelo pacifismo, pela democracia e pelo respeito aos direitos humanos nas relações. As bases estavam apoiadas na integração física e econômica entre os países sul-americanos, a fim de romper com o passado vigilante e indiferente. A equivalência dos dois grandes conceitos citados levou a considerar América Latina, América do Sul, América Central e o Caribe como uma mesma entidade, baseando-se meramente no aspecto político. A identidade sul-americana é concebida a partir da materialidade das fronteiras geográficas e a predominância brasileira na região. Logo, era do interesse nacional que houvesse a coesão do grupo sul-americano para refletir a ‘liderança natural’⁹ brasileira nas tomadas de decisão dentro da região, refletido na iniciativa de financiamento dos processos de integração e de regionalização (Gavião, 2018). Ainda assim, a instrumentalização identitária para alcançar tais objetivos dependia do consenso entre as nações frente ao mesmo aspecto (Meunier, Medeiros, 2013).

⁹ A iniciativa parte da primazia territorial, populacional e comercial brasileira em relação aos países vizinhos. “A demonstração da vontade de exercer esse papel é bem mais problemática de ser aferida, até porque a política externa é extremamente sensível a qualquer reconhecimento próprio explícito de uma suposta vontade de liderança brasileira. Na verdade, essa constatação tem aparecido muito mais na mídia ou em artigos especializados e o discurso diplomático guarda sempre um perfil baixo nesse particular. O que, sim, pode ser constatado é a existência de diferentes visões expressas em declarações ou narrativas de distintos atores políticos sobre qual deveria ser a estrutura institucional e normativa da governança regional” (Lima, 2013, p. 191).

5.3 INFLEXÃO NA PAUTA SUL-AMERICANA NA PEB

Os governos subsequentes ao duplo mandato de Lula foram responsáveis por mudar o enfoque na pauta identitária da América do Sul na política externa brasileira. A posse de Dilma Rousseff (2011-2016) manteve as mesmas dimensões de política exterior, gerando expectativas de elevação do papel da potência regional do Brasil. O continente sul-americano permaneceu como prioridade nos discursos de governo, apesar de encontrar uma certa fragilidade nas ações concretas para o avanço da integração. Devido ao contexto de grave instabilidade política interna, o governo Dilma estava centrado nas decisões de manutenção econômica e questões de sustentação da opinião pública, devido às denúncias de corrupção. Logo, apesar das narrativas de continuidade, observou-se um declínio na importância da América do Sul, direcionando as ações para a relação com o Sul Global, através do BRICS¹⁰, devido à ascensão chinesa no cenário global (Pecequillo; Carmo, 2017). Mudanças importantes na política regional, como a instável política venezuelana e o golpe no Paraguai, também afetaram os rumos do projeto integracionista, que, no caso brasileiro, “[...] reforçou a crítica em relação ao caráter ideológico e partidário da política externa” (Pecequillo; Carmo, 2017, p. 33).

Para Pecequillo e Carmo (2017), a deterioração das contas públicas e da imagem do governo exerceu pressão para uma maior aproximação com os países do Norte, especialmente por meio do Acordo MERCOSUL-União Europeia. A menor atuação em relação ao subcontinente, comparado ao governo anterior, foi um reflexo da própria política externa que perdeu densidade diante do cenário interno e das características da líder brasileira, que não adotou o mesmo nível de diplomacia presidencial do Lula. À vista disso, as divergências ideológicas internas resultaram no *impeachment* da presidente Dilma, finalizado em 2016, que marcou a maior fragilidade da democracia brasileira desde a redemocratização. O sucessor, Michel Temer (2016-2018), seu vice-presidente, adotou a desideologização da política exterior como uma forma de romper com a política externa dos governos anteriores. Todavia, foi a partir de 2019, com o governo Bolsonaro (2019-2022), que o Brasil assistiu a desconstrução do bloco sul-americano (Pecequillo; Carmo, 2017; Nery, 2017; Frenkel; Azzi, 2020).

¹⁰ O BRICS é um bloco geopolítico e econômico formado pelas principais economias em desenvolvimento do Sul Global. Foi fundado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, cujas iniciais, em inglês, formam o acrônimo. Além deles, o bloco conta com novos países membros da África, Ásia e do Oriente Médio. Funciona como uma plataforma de consulta e cooperação para problemáticas atuais de importância regional e global (BRICS, 2026).

Temer procurou estreitar os laços com os Estados Unidos e retomar a neoliberalização da economia brasileira. A eleição de Jair Bolsonaro consolidou as orientações herdadas pelo governo Temer, promovendo o alinhamento acrítico com os EUA, e radicalizou, contrapondo o globalismo e se desentendendo com a região sul-americana. Suas primeiras medidas foram acionar a saída do Brasil da UNASUL, abandonar a CELAC e contribuir para maior presença da OEA na América do Sul, além de relegar a posição do MERCOSUL e questionar a continuidade do Brasil no bloco. As instituições, sobretudo a UNASUL, promovidas pelos governos considerados esquerdistas do Brasil passaram a ser enquadradas na retórica anticomunista, causando essa forte reação do presidente eleito e de líderes estrangeiros, como o Trump. Consequentemente, as decisões voltadas para o âmbito regional passavam pelo crivo do líder norte-americano, tornando o país subordinado aos posicionamentos da hegemonia americana. Para além desses fatores, o Itamaraty, visto como instituição com maior grau de autonomia, foi marginalizado no processo decisório da PEB, e havia sido essencial para posicionar a construção do discurso que colocou a América do Sul em primazia. Para Alejandro Frenkel e Diego Azzi (2020), o Itamaraty sustentou a narrativa da identidade sul-americana através dos governos, mas encontrou obstáculos no século XXI:

Tanto é assim que as referências à identidade sul-americana se tornaram constantes na linguagem diplomática brasileira e as iniciativas institucionais, como a criação da Unasul, foram também uma expressão dos interesses e objetivos do Itamaraty. Nesse sentido, seria buscada a alternativa sul-americana como uma opção de longo prazo e não um programa de um determinado governo. No entanto, é preciso mencionar também que a autonomia e a centralidade do Itamaraty no processo de elaboração da política exterior vêm perdendo força há vários anos, seja por disputas entre diferentes grupos dentro do corpo diplomático, por um aumento da diplomacia presidencial ou pela crescente concorrência de atores – estatais e não estatais – em temas internacionais (Frenkel; Azzi, 2020, p. 132).

Em consonância com o que foi argumentado, é válido citar que a integração da América do Sul (aqui representada pela UNASUL) começou a entrar em crise ainda em 2018, quando Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru suspenderam suas atividades na instituição em resposta às mudanças ideológicas dentro do bloco. Bolsonaro aprofundou o processo de desintegração em vigor, porém, convém mencionar que a integração sul-americana não depende unilateralmente do interesse brasileiro. A ascensão de governos de direita e extrema-direita no bloco sul-americano acarretou na regoação das políticas integracionistas em quase todos os países envolvidos. A tentativa de manter algum nível de coesão regional foi realizada através do Foro para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (Prosul), encabeçado pelo Chile, que buscou substituir a UNASUL, mas também sofreu da indiferença bolsonarista (Frenkel; Azzi, 2020).

Ao contrário da UNASUL, o Prosul não conta com a presença de todos os países sul-americanos, excluindo a Venezuela, o Suriname, o Uruguai e a Bolívia. Além disso, é institucionalmente mais simples por focar em grupos de trabalho, em contramão aos Conselhos Regionais estabelecidos pela UNASUL. O Prosul foi criado como uma ponte de propagação ideológica liberal, liderado pelos líderes da onda conservadora, e operou como um espaço de alianças entre os presidentes que mantinham os mesmos objetivos. Sua consolidação foi debilitada pelo impacto da pandemia do Covid-19, a qual demonstrou as fraquezas da instituição e o distanciamento de Bolsonaro no continente (Frenkel; Azzi, 2020; Hernández; Mesquita, 2020; Marques Jr., 2021). Esse cenário muda de direção com as novas eleições presidenciais brasileiras, que trazem de volta ao poder o ex-presidente Lula. Ainda em seu primeiro ano de governo, o atual presidente do Brasil, em seu terceiro mandato, promulgou o retorno do Brasil a UNASUL e o fortalecimento dos laços sul-americanos, o que motivou a produção deste trabalho.

6. “E NÓS, NA NOSSA QUERIDA AMÉRICA DO SUL, PRECISAMOS DE UMA CHANCE”: ANÁLISE DE DISCURSO DO GOVERNO LULA III (2023-2026)

"E nós, na nossa querida América do Sul, precisamos de uma chance.[...] A gente não pode levantar todo dia dizendo: “Eu sou pobre, eu sou pequeno, eu não tenho sorte, eu sou da América do Sul, eu não nasci na América do Norte”.[...] nós não somos mais de um país pobre, de um continente pobre. Nós agora fazemos parte do Sul Global, o que dá uma dimensão de grandeza para nós. Porque nós, se você quiser discutir a riqueza da biodiversidade; se você quiser discutir a riqueza da concentração de água; se você quiser discutir a riqueza da transição energética; se você quiser discutir a transição do futuro de descarbonização do mundo, quem olhar para o mundo vai ter que olhar para a América do Sul[...]."

- Discurso do presidente Lula no Fórum Empresarial Brasil-Colômbia (Brasil, 2024c).

A aplicação da Análise de Discurso significa buscar compreender e expor a construção do sentido de um texto, e como ele se articula dentro do seu contexto sócio-histórico de produção. A AD é um espaço extremamente diversificado que se constituiu paulatinamente ao longo do século XX através do surgimento de correntes oriundas de distintos locais e áreas de estudo. A partir dos anos 1960, os grandes nomes da AD eram constituídos por linguistas, “[...] antropólogos (Hymes), sociólogos (Garfinkel, Sacks) e também filósofos preocupados

com a linguística (Pêcheux) ou não (Foucault)” (Maingueneau, 2007, p. 16). A AD seguiu diferentes direções e concepções epistemológicas e metodológicas, como a linha francesa, fortemente associada aos estudos de Michel Pêcheux, e a anglo-saxônica, que tem o nome de Norman Fairclough como um dos destaques (Gregolin, 1995; Maingueneau, 2006; Maingueneau, 2007; Melo, 2009).

Pode-se pensar, também, numa análise de discurso americana, inglesa, italiana e brasileira, assim como tantas outras. No Brasil, as pesquisas de Análise de Discurso constituíram sua especificidade a partir da vertente francesa de Pêcheux, “[...] que se desenvolveu mantendo consistentemente certos princípios sobre a relação língua/sujeito/história ou, mais propriamente, sobre a relação língua/ideologia, tendo o discurso como lugar de observação dessa relação” (Orlandi, 2003, p. 2). O nome brasileiro mais representativo dessa linha de pensamento é a Eni Puccinelli Orlandi, que faz parte desse esforço em prol de uma colaboração brasileira com os trabalhos franceses (Baldini; Zoppi-Fontana, 2013). Orlandi se destaca por trazer a argumentação proposta por Pêcheux para o contexto brasileiro. O arcabouço teórico utilizado nesta análise faz parte dos estudos consolidados da linguista brasileira Orlandi (2012) sobre Análise de Discurso. Para tanto, faz-se necessário esclarecer os seus conceitos e princípios, assim como a sua utilização prática.

Primeiramente, o discurso deve ser entendido como uma prática de linguagem em que ocorre a produção de efeito de sentido entre os locutores e interlocutores envolvidos. É no discurso que se materializa a relação entre a língua e a ideologia, visto que não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia. “A ideologia é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos” (Orlandi, 2012, p. 46). Assim, a análise busca compreender o processo de produção de sentido do discurso, determinado pela relação entre a posição ideológica do sujeito - que é afetado pela língua e pela memória discursiva - dentro de um processo sócio-histórico específico. Desse modo, “o discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro” (Orlandi, 2012, p. 43). A partir disso, os discursos presidenciais do governo Lula foram escolhidos para entender como ocorreu a incorporação de uma identidade sul-americana à agenda de política externa do seu terceiro mandato.

Com o fito de operacionalizar a argumentação defendida por Orlandi (2012), a análise seguiu os princípios e procedimentos defendidos pela linguista para a Análise de Discurso, conforme o Quadro 1 apresentado na seção metodológica. Primeiramente, observam-se as condições de produção, em tempo e espaço, para entender a diferença no sentido construído

pelos discursos, a depender dos distintos interlocutores e seus locais de representação (regional ou global). A partir disso, é possível identificar a presença da memória discursiva, responsável por evocar falas históricas pré-existentes. Assim, baseando-se no entendimento do sujeito como não-neutro, o posicionamento do presidente da nação brasileira deve assumir uma posição-sujeito compatível com a instituição que está sendo representada. Em segundo momento, os textos foram investigados a fim de identificar as recorrências (paráfrases) e rupturas (polissemia) para a disseminação do sentido de identidade sul-americana, além dos silenciamentos (ou ‘não-dito’) observáveis. Desse modo, o processo discursivo vinculado à ideologia é capaz de explicitar o resultado da análise com a construção do sentido sobre a identidade sul-americana no governo Lula III.

6.1 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO: CONTEXTO IMEDIATO DOS DISCURSOS

Para Orlandi (2012), as condições de produção de um discurso são constituídas pelos sujeitos, pela situação e pela memória. Há um contexto imediato, no qual se deve observar os sujeitos envolvidos e o lugar em que o discurso foi proclamado, capazes de afetar a formação de sentido do material simbólico. Aqui, os discursos analisados tiveram contextos de produção similares. De modo geral, todas as falas foram proferidas pelo presidente Lula, entre discursos escritos previamente e momentos de improviso. Apenas um dos discursos (D32_CELAC_2026) foi lido pelo ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, em razão de conflito de horários entre a programação do evento e a agenda do presidente. Além disso, todos os eventos envolveram a presença de representantes governamentais, institucionais e empresariais dos países parceiros, entre fóruns e reuniões bilaterais e multilaterais. Apenas seis desses encontros foram realizados no Brasil, no eixo Brasília-Rio de Janeiro e em Foz do Iguaçu. Os demais dividiram-se entre África do Sul, Argentina, Bélgica, Canadá, China, Colômbia, Cuba, Espanha, Estados Unidos, França, Honduras, Panamá, Paraguai, São Vicente e Granadinas e Uruguai. Aqui, destaca-se a presença massiva de países sul-americanos e do Sul Global.

6.2 DA SUPERFÍCIE LINGUÍSTICA PARA O OBJETO DISCURSIVO: PARÁFRASE, POLISSEMIA, INTERDISCURSO E A POSIÇÃO-SUJEITO

A interpretação do discurso deve considerar os seus processos parafrásticos e polissêmicos. O processo da paráfrase pode ser definido como algo que se mantém, a estabilização da memória; enquanto a polissemia significa o deslocamento ou a ruptura de processos de significação. Os sujeitos e os sentidos são constituídos na tensão entre o mesmo

e o diferente. Assim, compreende-se que “[...] a paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo” (Orlandi, 2012, p. 38). Enquanto a polissemia traduz a simultaneidade de sentidos distintos no mesmo objeto simbólico. Desse modo, a identificação das recorrências (paráfrase) e rupturas (polissemia) permite que a superfície linguística se transforme em objeto discursivo, no qual a ideologia se materializa (Orlandi, 2012).

Identificaram-se algumas recorrências nos discursos do presidente Lula, que compõem as suas principais pautas de governo para a política externa. Os discursos apresentaram uma paráfrase de falas históricas sobre o multilateralismo e a soberania. Foram utilizadas em contextos de promoção do sistema multilateral como um caminho para a reforma da governança global (D4_NOVOPACTO_2023), além de ser fortemente incentivado através da participação nas instituições regionais e multilaterais (D9_G77_2023). Ainda nesta seara, o locutor reforçou a necessidade da representatividade do Sul Global nas grandes decisões de nível internacional (D11_VOZES_2023), apoiando a proposta da reforma do CSNU e a maior atuação do BRICS (D17_AGNU_2024). Identificou-se a repetição tanto em eventos de alcance regional quanto de alcance global. Na fala durante a VII Reunião de Cúpula da CELAC (D2_CELAC_2023), em 2023, o presidente brasileiro relatou que a região latino-americana, como representação de uma parte desse Sul Global, tem potencial para participar da construção de uma nova ordem mundial ativamente quando diz:

Há uma clara contribuição a ser dada pela região para a construção de uma ordem mundial pacífica, baseada no diálogo, no reforço do multilateralismo e na construção coletiva da multipolaridade. Julgamos essenciais o desenvolvimento e o aprofundamento dos diálogos com sócios extra regionais, como a União Europeia, a China, a Índia, a ASIAN e, muito especialmente, a União Africana (Brasil, 2023d, s.p.).

A importância das relações com outros blocos regionais, especialmente a União Europeia e a União Africana, foi enfatizada recorrentemente, junto com as principais economias emergentes, como a China e a Índia (D8_FORUMBRICS_2023). Inclusive, os blocos foram mencionados como modelos de integração a serem seguidos dentro do subcontinente americano (D4_NOVOPACTO_2023), mas atentando para utilizar os princípios integracionistas coerentes com o contexto sul-americano (D13_CELAC_2024). Observou-se essa paráfrase nos eventos em que há participação dos países-membros dos blocos, ou por se tratar de uma reunião interbloco, apontando para a marca de defesa do multilateralismo. Além disso, situar o continente sul-americano como um lugar de referência do pacifismo mundial, dentro de um contexto de conflitos internacionais cada vez mais

escalonados, gerou um princípio de diferenciação entre a população regional e os demais continentes.

Em uma de suas primeiras viagens diplomáticas após assumir a presidência, durante o Encontro Empresarial Brasil-Argentina (D1_BRA-ARG_2023), em Buenos Aires, o locutor brasileiro comentou sobre a situação de isolamento em que o país estava vivendo e que o Brasil havia esquecido a dimensão da sua responsabilidade dentro do próprio continente. Esse contraponto feito com o governo anterior, liderado por Bolsonaro, é importante para tonificar o momento de ruptura com o passado indiferente e inativo, capaz de gerar um novo efeito de sentido à identidade da América do Sul. Na mesma linha, o presidente argumentou que é necessário integração acima de qualquer ideologia, ainda na intenção discursiva de estabelecer um rompimento com o passado recente, que optou por ‘desideologizar’ a integração e levou a sua fragilização. O sentido é construído através dos seguintes trechos: “[...] Os elementos que nos unem estão acima de divergências de ordem ideológica” (Brasil, 2023c, s.p.); “A integração em infraestrutura não tem ideologia” (Brasil, 2025a, s.p.); “O projeto de integração sul-americano deve estar acima de qualquer divergência ideológica” (Brasil, 2026a, s.p.); e, principalmente, “A integração regional, da mesma forma, não tem filiação política. Substituir foros plurais por grupos baseados em afinidades ideológicas é um equívoco” (Brasil, 2025b, s.p.).

Os recortes criticaram a última década de governos que passaram pelo continente e enfraqueceram o movimento integracionista cultivado durante o século XXI. Quando o presidente atual coloca que a integração deve estar ‘acima de’ qualquer divergência ideológica, ocorre uma formação discursiva que remete a uma ironização do slogan eleitoral de Bolsonaro (“Deus acima de tudo, Brasil acima de todos”), que era o “guia” utilizado para as decisões do governo anterior - algumas delas responsáveis pelo enfraquecimento da interação brasileira na região. Além disso, a contraposição entre ‘foros plurais’ e ‘grupos baseados em afinidades ideológicas’ é necessária para fortalecer o seu argumento. Passado o momento de ‘desideologização’ do continente, colocar o MERCOSUL e a UNASUL como ambientes de participação plural admite a existência de um local em que não havia essa mesma abertura, que o Lula coloca como ‘grupos de afinidades ideológicas. Nesse sentido, refere-se à criação do Prosul, já mencionado neste trabalho, como um ‘equívoco’ ao tentar desenvolver uma integração regional ‘sem ideologia’. Em seus discursos, Lula reconheceu a existência de diferentes ideologias, visto que não há sujeito sem ideologia, e propôs uma união regional em que as divergências conseguiriam coexistir. Ao mesmo tempo em que

permitiu uma participação ampla de países, estabeleceu um marco simbólico para uma estruturação da integração regional mais estável.

Em consonância com esse pensamento, Lula defendeu veementemente a união da América do Sul e a reorganização do bloco regional, que iniciou uma paráfrase sobre a unidade regional e a pretensão de estabilizar o sentido de identidade. O líder partiu da compreensão de que essa retomada deveria acontecer pela atuação expressiva do MERCOSUL, UNASUL e CELAC (D2_CELAC_2023). Estabeleceu a América do Sul como prioridade do Estado brasileiro, que deixaria de estar vulnerável às mudanças de governo, e tratou dos princípios de pacifismo, promoção da democracia e dos direitos humanos, a erradicação da fome e da pobreza e o fomento ao desenvolvimento sustentável no bloco (D5_200ANOS_2023). Comparou o Rio de Janeiro, onde lançou a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, como a cidade que caracteriza o Brasil, a América Latina e o mundo: de um lado, belezas naturais exuberantes e, de outro, as injustiças e profundas desigualdades sociais (D19_ALIANÇA_2024). Assim, percebe-se que o sujeito estabeleceu uma posição de líder regional ao assumir o papel de retomada da integração na América do Sul dentro do cenário regional. Além disso, utilizou-se da memória discursiva focada nas compatibilidades históricas e culturais entre os povos para pavimentar o caminho da integração como o natural a ser seguido, incentivando o sentimento de comunidade do grupo:

A integração da América do Sul depende desse sentimento de pertencer a uma mesma comunidade. Temos uma história de resistência, forjada nas lutas de independência e no combate às ditaduras. Compartilhamos uma cultura vibrante e expressões artísticas que vão da música à literatura. Até no futebol, esporte que aprendemos a amar ainda crianças, é possível ver o recuo das rivalidades. Vivenciamos algo impensável no ano passado: brasileiros torcendo para a Argentina na final do Mundial do Catar (Brasil, 2023c, s.p.).

No seu discurso em reunião com os presidentes dos países da América do Sul (D3_PRESIDENTES_2023), Lula declarou que o continente deixou de ser apenas uma referência geográfica, tornando-se uma realidade política. Visando manter ao máximo a coesão regional, ele reafirmou o dever da união das nações sul-americanas (D12_CHEFESMERCOSUL_2023) através do MERCOSUL. Essa seria a sua ‘aposta’ como plataforma de inserção internacional do Brasil:

O MERCOSUL é resiliente e tem sobrevivido aos difíceis anos de desintegração. Pensar igual nunca foi critério para engajamento construtivo nas tarefas do bloco. A diversidade de opiniões, sem extremismos e intolerância, é bem-vinda porque fortalece nossas democracias e nos conduz a escolhas melhores. O MERCOSUL é e seguirá sendo a grande aposta de inserção internacional e de desenvolvimento do Brasil (Brasil, 2024b, s.p.).

O sentido postulado pela ‘aposta’ na integração sul-americana é, principalmente, restabelecer a confiança entre os vizinhos. A partir do momento que o Brasil, enquanto maior economia da região, “coloca todas as suas fichas” no processo integracionista, os seus aliados desenvolvem mais segurança em seguir o país nessa liderança. O MERCOSUL foi colocado como ‘resiliente’ frente às problemáticas da desintegração, o que forma o sentimento de necessidade de superação, resistência, às adversidades regionais entre os países-membros, tal qual a entidade utilizada como modelo veio se comportando. Em 2025, reafirmou o MERCOSUL como um “porto seguro”, um ‘refúgio’, para a América do Sul, que deve ser mais valorizado e reintegrado às agendas de política externa:

Quando o mundo se mostra instável e ameaçador, é natural buscar refúgio onde nos sentimos seguros. Para o Brasil, o MERCOSUL é esse lugar. [...] Toda a América do Sul se tornou uma área de livre comércio, baseada em regras claras e equilibradas. Estar no MERCOSUL nos protege. [...] Nossa robustez institucional nos credencia perante o mundo como parceiros confiáveis. Não é à toa que um número cada vez maior de países e blocos estejam interessados em se aproximar de nós. Atestei esse interesse pessoalmente nos contatos que mantive com líderes de diversas regiões. Enfrentaremos o desafio de resguardar nosso espaço de autonomia em um contexto cada vez mais polarizado (Brasil, 2025c, s.p.).

A frase “Estar no MERCOSUL nos protege” fortaleceu a relação com os sentidos de confiança e segurança demonstrados na fala anterior. Além da instituição ser interpretada como a opção para conseguir manejar algum nível de autonomia sendo parte da periferia global, o MERCOSUL é colocada como potencial influência extrarregional no SI polarizado. Em meio às turbulências políticas, econômicas e climáticas, o chefe de Estado brasileiro forneceu um substrato simbólico capaz de sustentar estruturalmente o movimento da integração dentro dos governos vizinhos. Ao desenvolver um olhar de destaque para dentro do continente, demarcou a união regional com as expressões de comunhão: “nossa robustez institucional”, “interessados em se aproximar de nós”, “enfrentaremos o desafio” e “resguardar nosso espaço de autonomia”. Para o governo Lula, a autonomia é uma palavra-chave.

A presença da memória no discurso é tratada como interdiscurso. De acordo com Orlandi (2012), o dizer não é particular. Os sentidos são construídos, pela história e pela língua, e constituem o discurso a partir de sua relação com os sujeitos e suas ideologias. Assim, o interdiscurso funciona como um “[...] conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” (Orlandi, 2012, p. 33). Ou seja, o interdiscurso representa uma relação histórica e ideológica com uma multiplicidade de discursos, que torna possível o dizer. Em outras palavras, é a memória discursiva que determina o que constitui uma

formação discursiva em relação a outra. Logo, é a partir da formação discursiva que se determina o que pode e deve ser dito, assim como explicita o não-dito (Orlandi, 2012).

Lula, ocupando a posição-sujeito de líder regional e presidente brasileiro, referenciou um ‘sentimento’ de ‘comunidade’ dentro da América do Sul, que estaria associado a um histórico de ‘resistência’ na região. O discurso é sustentado por uma memória discursiva construída a partir da convergência histórica dos países, na qual compartilham um passado colonial de escravidão e exploração, além de momentos de repressão estatal fortemente violentos. O evocar deste aspecto de resistência como sentimento unitário na região provém do contexto interno brasileiro, que vivenciou uma tentativa de golpe de Estado pelo governo Bolsonaro, simbolizado pelos ataques às sedes dos Três Poderes da República em Brasília em 8 de janeiro de 2023. Ainda, atravessou aspectos culturais importantes na região, como a literatura e o futebol sul e latino-americano, estabelecendo uma relação carismática entre as diversas populações que compõem o bloco regional e mobilizando a adesão identitária. Acrescentou as principais características econômicas capazes de fortalecer a inserção internacional do bloco como uma comunidade de países, focando nas pautas principais do governo, como a transição energética, o desenvolvimento sustentável, o pacifismo e a democracia:

Diante das dificuldades de pactuar um marco teórico próprio, nossos países deveriam concentrar-se na mobilização dos trunfos inexplorados pela região para promover sua inserção competitiva na ordem global. Dispomos de ativos de ordem política e econômica que podem conferir materialidade ao impulso integracionista: (i) contamos com potencial energético relacionado às reservas de petróleo e gás, hidroeletricidade, biocombustíveis, e energia nuclear, eólica e solar; (ii) possuímos variadas condições de solo e clima e avanços científicos e tecnológicos para a produção de alimentos; (iii) abrigamos a maior floresta tropical do planeta, mais de um 1/3 das reservas de água doce do mundo e riquíssima biodiversidade; (iv) reunimos recursos minerais abundantes, inclusive minérios críticos e terras raras, essenciais para a transição energética e digital; (v) temos escassos contenciosos na fronteira; (vi) somos um mercado consumidor expressivo de 660 milhões de pessoas; (vii) não vivenciamos graves conflitos religiosos ou culturais; e (viii) contamos com uma predominância de governos eleitos democraticamente. (Brasil, 2026b, s.p.).

Neste último trecho, o presidente apontou para questões sensíveis no debate global, como as reservas de petróleo, o acesso a minerais e terras raras, assim como a proteção da Amazônia e das reservas de água doce. Seus pontos de ‘impulso integracionista’ ressaltam as diferenças positivas da região em relação aos outros continentes do SI e alimentam a construção de um “nós”. Ainda em 2024, utilizou em suas falas um tom narrativo de desmistificar o papel do Brasil como potência hegemônica no continente ao trazer as impressões internacionais do país durante o período imperial como datadas, resultado de uma

ex-colônia que manteve laços com as nações imperialistas por séculos (D14_BRA-COL_2024). Para além dos pontos citados anteriormente, em que apresenta os tópicos de discussão no momento presente da região, evocou, novamente, o passado compartilhado de colonização, escravidão e ditaduras, já em 2025 (D22_CELAC_2025). Apresentou, assim, uma continuidade entre os discursos, nos quais a repetição é fundamental para a construção e manutenção do sentido.

No Fórum Empresarial Brasil-Colômbia (D14_BRA-COL_2024), em Bogotá, Lula fez diversas provocações sobre qual tipo de América do Sul seus presidentes estariam construindo. Desse modo, a materialidade linguística reiterou o enfraquecimento da organização regional. Mesmo assim, retomou seus argumentos utilizando o termo ‘latino-americano’, apesar de trazer a óptica sul-americana no início do seu pronunciamento:

Senhoras e senhores, minha visita representa a renovação de uma parceria fundamental para o futuro da América do Sul. [...] Nós precisamos assumir a responsabilidade de definir que América do Sul nós queremos, que país nós queremos e que política de integração nós queremos. [...] Nós latinos americanos somos um povo inteligente. Nós não somos mais burro do que nenhum outro ser humano do mundo” (Brasil, 2024c, s.p.).

É válido frisar a vontade regional como voz principal dentro da construção desse bloco. A fala com “nós queremos” estabelece um efeito de sentido que pressupõe uma vontade externa; por isso, enfatiza-se o querer sul-americano. Além disso, identificou-se uma equivalência entre os conceitos “latino-americano” e “sul-americano” quando os interlocutores presentes lideravam países dessas respectivas regiões. Ressalta-se esse ponto por corroborar com a discussão apresentada na seção anterior, em que se expôs essa paridade dentro do cenário nacional, apesar de possuírem contextos e sentidos diferentes. Logo, quando o presidente Lula utilizou ambas as expressões, as falas levam ao questionamento de qual seria a prioridade do governo neste momento, partindo do entendimento de que uma integração latino-americana perpassa complexidades, necessidades e objetivos distintos da integração sul-americana.

Outra preocupação demonstrada pelo presidente Lula é a percepção do lugar ocupado pelo bloco ‘latino-americano’ na governança global. Durante seu pronunciamento no IV Fórum CELAC-China (D23_CELACCHINA_2025), em 2025, quando disse “Nossa região não deseja ser palco de disputas hegemônicas” (Brasil, 2025d), lembrou as décadas de Guerra Fria em que o Brasil e demais Estados latino-americanos se tornaram uma zona de influência em disputa por Estados Unidos e URSS. Ambos os discursos, de 2024 e 2025, conversam entre si para a formação discursiva de um sentido de protagonismo sul-americano

para tomadas de decisão dentro e fora da região, ressaltando a característica autonomista novamente em suas falas.

6.3 DO OBJETO DISCURSIVO PARA O PROCESSO DISCURSIVO: O DITO E O NÃO-DITO

Na Análise de Discurso, considera-se que o dito sempre carrega um não-dito, que sempre há no dizer um não-dizer necessário, seja pela noção de interdiscurso, de ideologia e da formação discursiva. O dito mantém uma relação de sentido com o não-dito, através de afirmações que resultam de pressupostos. Por exemplo, “[...] ‘com coragem’ significa pela sua relação com ‘sem medo’ etc” (Orlandi, 2012, p. 82). O não-dito também pode ser trabalhado na AD através do silêncio. Aqui, trata-se do silêncio como iminência do sentido, que indica que o sentido pode sempre ser outro. Para a análise deste trabalho, é o saber discursivo que define os limites do não-dito que se tornam relevantes.

A análise dos discursos presidenciais em eventos de maior alcance internacional permite observar a dimensão do papel projetado para a América do Sul na política externa brasileira do terceiro mandato de Lula. Aqui, destacam-se o dito e, principalmente, o “não-dito” nos principais fóruns internacionais. Em 2023, foram analisados cinco discursos. O primeiro, realizado em Paris durante a Cúpula para um Novo Pacto Financeiro Global (D4_NOVOPACTO_2023), tratou das reformas na governança global, que não comporta mais as instituições de Bretton Woods, e fez referência à região em dois momentos diferentes. Questionou a hegemonia do dólar nas relações comerciais entre países vizinhos, como Brasil e Argentina, e parceiros distantes, como Brasil e China.

Em seguida, usou a União Europeia como um modelo de convivência democrática interestatal (D7_CELACUE_2023), apesar de diversas guerras travadas ao longo de sua história, e de organização para a ‘América Latina’ seguir. Aqui, percebe-se como a marca pessoal passou a ser o “eu”, em “[...] é uma coisa que eu quero para a América do Sul. É uma coisa que eu acho que nós precisamos” (Brasil, 2023e), apesar de ser um evento regional, em que o “nós” aparece em destaque. Subentende-se, portanto, a posição de liderança regional em que o Brasil se coloca frente aos representantes latino-americanos e europeus.

Em seguida, no Fórum Empresarial do BRICS (D8_FORUMBRICS_2023), em Joanesburgo, e, em outra ocasião, durante a Cúpula G77 + China (D9_G77_2023), em Havana, destacou a reconstrução da integração sul-americana como retomada da diretriz da PEB e o desejo de impulsionar os projetos regionais por meio da CELAC, do BRICS e da

Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Ambos os discursos reafirmam o momento de restabelecimento da condução brasileira sobre o processo integracionista da região.

No decorrer do discurso de abertura do Debate Geral da 78ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) (D10_AGNU_2023), o presidente declarou que era o momento do Brasil se reencontrar consigo, com sua região e com o mundo; trouxe, além desta, a menção da soberania sul-americana sobre a região amazônica. O ‘reencontro’ destacado pelo presidente pressupõe um momento de ‘desencontro’. Sobretudo por se tratar do primeiro discurso de seu terceiro mandato, a sua fala produz um efeito de sentido voltado para a ruptura com o governo anterior, responsável pelo ‘desencontro’ do Brasil, não somente com a região e o mundo, mas consigo.

Por último, na Segunda Cúpula Virtual Vozes do Sul Global (D11_VOZES_2023), expôs sua urgência em estabelecer o conceito e a identidade do Sul Global para conseguir promover uma mudança significativa no multilateralismo e no mundo, sem ‘antagonizar’ o chamado Norte Global. A fala transcorreu sem citar diretamente o subcontinente como parte dessa iniciativa, o qual foi introduzido em outros discursos situados na região, apesar da construção discursiva apontar para a forte representatividade desta região na chamada ‘identidade do Sul Global’.

Para o ano seguinte, em 2024, três discursos foram realizados em Nova York, às vésperas da 79ª Sessão da AGNU. Na abertura da Cúpula do Futuro (D16_FUTURO_2024), Lula fez novas declarações sobre não ser mais aceitável ter um mundo dividido em fronteiras ideológicas ou zonas de influência. Esse recorte remete à memória discursiva compartilhada em eventos regionais sobre as décadas de intervenção estrangeira no continente durante a Guerra Fria. Assim, mesmo sem citar diretamente a região, observa-se a imposição da vontade regional dentro uma reunião multilateral a partir dessa representação brasileira.

Já na 79ª AGNU (D17_AGNU_2024), ele recorreu a três tópicos importantes para a discussão regional de integração. Primeiramente, refutou a expressão “desglobalização” numa realidade que considerou como condenada à interdependência climática. Em seguida, apresentou a América Latina como uma zona marcada pela desigualdade social e baixo desenvolvimento econômico, que a torna vulnerável a conflitos alheios à região. Assim, os seus discursos reforçaram a sua pauta de inclusão da América Latina e da África nos assentos permanentes do CSNU, como parte dos seus pronunciamentos sobre a reforma da governança global.

Corroborando com os discursos anteriores, sua fala na abertura da Reunião Ministerial do G20 (D18_G20_2024) trouxe a reforma da governança global e a recuperação das

organizações internacionais, colocando, novamente, a representatividade da África, América Latina e Caribe como alternativa para a polarização e paralisação dos organismos. Mais uma vez, o espaço para a formação discursiva dentro de um evento com alcance multilateral evoca a pauta de construção da multipolaridade. De volta ao Rio de Janeiro, na 2ª Sessão da Reunião de Líderes do G20: Reformas das Instituições de Governança Global (D20_G20REFORMA_2024), explanou: “O futuro será multipolar. Aceitar essa realidade pavimenta o caminho para a paz. [...] A resposta para a crise do multilateralismo é mais multilateralismo” (Brasil, 2024a). Seus pronunciamentos constroem, simbolicamente, uma urgência em promover a principal pauta da política externa regional do governo: a integração econômica como caminho para fomentar as parcerias diversificadas do país.

Partindo para 2025, identificaram-se paráfrases discursivas sobre o fortalecimento do multilateralismo e a transformação da governança internacional (D26_BRICS_2025), exceto pela Sessão Ampliada da Cúpula do G7 (D24_G7_2025), no Canadá, em que prevaleceu o tom da cooperação sobre a segurança energética como pauta do BRICS e G20. De volta à ONU, na 80ª AGNU (D27_AGNU_2025), o efeito discursivo permaneceu o mesmo do ano anterior, focando no sistema multilateral fragilizado e no cenário instável da América Latina e Caribe, principalmente sobre o combate ao tráfico de drogas. Por último, em 2026, Lula discursou na 1ª Reunião da Mobilização Progressista Global (D33_PROGRESSISTA_2026), em Barcelona. Nesse encontro, expressou a sua indignação na percepção internacional da América Latina como um “mundo do narcotráfico”, embora tenha sido a única referência trazida em seu discurso na AGNU sobre a região.

Em síntese, os discursos presidenciais para eventos globais, como aqueles realizados na AGNU e no G7, não trazem a América do Sul, mas a América Latina como referencial de bloco regional ao qual o Brasil pertence. A exceção está no discurso realizado para o G77 + China, no qual tratou da retomada da integração sul-americana. A percepção inicial é que o termo ‘América Latina’ se tornou predominante ao longo dos anos desse mandato, enquanto as referências à ‘América do Sul’ se concentram no seu primeiro ano. Observa-se uma preferência pela reunião dos Estados latinos devido à maior abrangência regional e, consequentemente, maior projeção internacional frente ao proposto mundo multipolar. Essa é, afinal, a principal narrativa apresentada por Lula, que pretende participar ativamente da construção da multipolaridade. Assim, a integração sul-americana, que também foi apresentada como pilar da PEB, perdeu o foco nas reuniões globais. Por fim, questiona-se o nível da incorporação dessa integração regional à agenda de política exterior, principalmente sob a perspectiva da construção de uma identidade sul-americana.

6.4 DO PROCESSO DISCURSIVO PARA A FORMAÇÃO IDEOLÓGICA: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SUL-AMERICANA NOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS DE 2023 À 2026

Quando assumiu a presidência brasileira pela terceira vez, Luiz Inácio Lula da Silva apresentou, ainda em seu discurso na Câmara dos Deputados, sua intenção no fortalecimento das entidades regionais e o retorno da integração sul-americana quando disse: “Nosso protagonismo se concretizará pela retomada da integração sul-americana, a partir do MERCOSUL, da revitalização da Unasul e demais instâncias de articulação soberana da região” (Brasil, 2023a, s.p.). Nesse trecho, o sentido de “nosso protagonismo” evidencia a construção do “nós” na região, em contraponto ao “outro” não protagonista, exercendo um efeito de priorização da pauta dentro da PEB. Além do MERCOSUL e da UNASUL, conforme foi observado anteriormente, a CELAC também foi articulada como uma das três principais instâncias regionais que seriam parte do objetivo integracionista do governo. A ênfase realizada dentro da construção discursiva sobre o retorno à UNASUL, que resultou dos esforços diplomáticos dos governos FHC e Lula, se deve à promulgação da saída do Brasil, durante o governo anterior, e consequente desmonte da participação brasileira nas três principais instituições responsáveis pela integração regional.

A UNASUL previu em seu tratado constitutivo a construção de uma identidade sul-americana. O atual ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, defendeu a identidade sul-americana em seu discurso de posse, ao desenvolver a narrativa da urgência da retomada brasileira no MERCOSUL, na UNASUL e na CELAC (Vieira, 2023). Entretanto, com a desmobilização da estrutura integracionista da região causada pela onda de governantes contrários no continente, o objetivo da UNASUL se perdeu entre outras pautas. O retorno de Lula à presidência brasileira recuperou o fôlego do movimento e retomou a discussão sobre a identidade, presente em seus discursos analisados neste trabalho. Logo, considerando o aspecto identitário como elemento constitutivo desse processo, responsável por estabelecer uma liga coesa entre nações separadas pelo idioma e unidas pelo passado de exploração, evidenciam-se as falas encontradas do presidente dentro dessa temática no mandato vigente.

A pretensão de uma identidade sul-americana para o Brasil perpassa os princípios de política externa brasileira (como o pacifismo e o respeito aos direitos humanos), a integração física e econômica e a predominância brasileira na região (Gavião, 2018). A América do Sul aparece, principalmente, como unificador geográfico e econômico. A dimensão identitária dentro do subcontinente foi somada aos esforços do MERCOSUL, ALADI, OEA, CELAC, e

atingiu a sua forma mais estruturada na UNASUL. A possibilidade de uma identidade coletiva, baseada em eixo histórico-cultural comum e na construção do ‘nós’ como diferenciado do ‘outro’, serviu como um impulso para a concretização da integração regional (Meunier; Medeiros, 2013). Entretanto, como parte do processo dialético da constituição de uma identidade, transformam-se a partir da conjuntura em que estão presentes e ajudam a moldar essa realidade (Santos, 2005).

Durante o terceiro governo Lula, analisado neste trabalho, a temática identitária se apresentou de forma imediata, concentrando-se no primeiro ano do mandato, porém discreta, apenas em três dos discursos coletados. O principal deles ocorreu na reunião dos presidentes da América do Sul (D3_PRESIDENTES_2023), em Brasília, onde se discutiu o futuro da região. Ao tratar da integração sul-americana, sua explanação constituiu um efeito de sentido de confiança na possibilidade ativa de afirmar uma ‘verdadeira identidade latino-americana e caribenha’, embora não tenha esclarecido o que seria o oposto dessa afirmação, no cenário internacional. Além disso, sustentou a interpretação da identidade sul-americana como um meio para alcançar o ápice de uma projeção global enquanto bloco latino-americano, para o seu programa de governo. Ele recorreu aos elementos históricos, das independências aos combates às ditaduras; culturais, da literatura ao futebol; e político-econômicos, da UNASUL ao avanço da integração. Neste discurso, em especial, tratou do aspecto cultural ao mencionar a candidatura de países-sede da Copa do Mundo de 2030 por Uruguai, Paraguai, Chile e Argentina, como simbolismo para a superação de divergências entre os Estados.

A escolha da identidade sul-americana como uma vertente cultural transcende o entendimento do conceito como um sentimento único de pertencimento geográfico, ao qual foi reduzido pela literatura. Entretanto, é notável que a América do Sul foi colocada de forma subjacente ao escopo da identidade latino-americana, que possui o fator cultural mais fortalecido em razão das mobilizações prévias da antiga América Espanhola. É importante evidenciar que a adoção dos dois conceitos, embora provenientes de sentidos distintos, não necessariamente se excluem (Santos, 2005). Aqui, o observado é a imposição governamental da identidade sul-americana como diretriz de política externa brasileira, mas com atenção ao objetivo de longo prazo, que é a formação do bloco regional latino-americano. Ainda nesse sentido, identifica-se a terminologia identitária como ponte entre o passado de legitimação e o projeto de futuro da integração regional (Meunier; Medeiros, 2013).

Já em 2026, no ano final do terceiro mandato e em preparação para a sua próxima campanha eleitoral, enquanto discursava no Fórum Econômico Internacional – América Latina e Caribe 2026 (D31_FORUMALCARIBE_2026), enfatizou as principais dificuldades

encontradas para atingir a sua meta. Em primeiro lugar, reconheceu a inviabilidade de concluir seu projeto de integração no curto prazo devido ao peso das identidades nacionais atualmente. Além disso, lembrou a proximidade da maior potência militar do mundo, os Estados Unidos, que certamente reagiria à consolidação de um bloco ocupado por quase todos os países do continente americano que, por sua vez, teria uma predominância brasileira. Outro problema, dito pelo presidente em outros momentos, seria que o Brasil deveria assumir a sua responsabilidade de liderança do movimento regional, mas ainda não consegue manter a pauta imune às trocas de governo e tendências ideológicas divergentes, no que completou: “Falta às lideranças regionais convicção sobre os benefícios de adoção de um projeto mais autônomo de inserção internacional” (Brasil, 2026b). Sua expressão em relação aos países da região evidencia uma falta de consenso sobre a importância do projeto e aponta para uma convicção brasileira sobre o tema, que, representado pelo chefe de Estado, estaria sendo priorizado nacionalmente e reiterado em eventos internacionais.

Para Meunier e Medeiros (2013), é expressivo como a integração sul-americana abarca o cenário conflituoso de construção de identidade coletiva em que se opta por preservar a individualidade das nações. Embora a UNASUL tenha feito um grande esforço na representação dessa visão de continente historicamente unido, ainda se faz necessário realçar a pluralidade do bloco. O efeito de sentido construído pelo presidente Lula corroborou com essa ideia quando proclamou na 10ª Cúpula da CELAC (D32_CELAC_2026), representado pelo ministro Mauro Vieira, que o MERCOSUL é a plataforma estrutural para ampliar a integração e afirmar, através da CELAC, a identidade da América Latina e do Caribe no sistema internacional. Em outros discursos, Lula reconheceu a existência das divergências e celebrou, durante a Cúpula da CELAC de 2024 (D13_CELAC_2024), os avanços firmes na construção dos consensos regionais, apesar das diversidades. Essa mudança de construção discursiva que, agora, abarca todas as ideologias e todas as divergências representa mais um passo em direção à construção de uma identidade regional mais flexível.

Outro aspecto destacável que exerce influência na compreensão da identidade é a conjuntura geopolítica em que se insere. A busca pela identidade regional, ainda nos primeiros anos do século XXI, favorecia a constituição de uma alternativa à dependência da supremacia estadunidense no continente (Rinaldi, 2025). Após a passagem de um chefe de Estado que defendia o alinhamento acrítico aos Estados Unidos, a chegada de Lula substituiu o antigo discurso isolacionista pela sua narrativa consolidada de construção de uma nova governança global, a defesa da soberania nacional e o combate às intervenções estrangeiras. Seu tom autonomista se fortaleceu depois da segunda eleição de Donald Trump, em 2025, e

os pronunciamentos provocativos do líder norte-americano em relação ao Brasil e suas práticas de comércio. O “tarifaço” de Trump, que impôs altas tarifas às importações de diversos países, atingiu o Brasil e seus principais parceiros comerciais, que levou à expansão das relações diversificadas do país, principalmente no Sul Global. Essa mobilização também fortaleceu o processo de diferenciação entre o ‘nós’ e o ‘outro’, reforçando o sentimento de grupo na região, especialmente após o momento de intervenção norte-americana que ocasionou a prisão de Nicolás Maduro, na Venezuela. Outrossim, foi um período em que o Brasil conseguiu manter alianças importantes, com atenção para a relação amistosa de Lula com Gustavo Petro (presidente da Colômbia desde 2022) e Alberto Fernández (presidente da Argentina de 2019 a 2023), ambos ideologicamente alinhados ao presidente brasileiro e mencionados em alguns de seus discursos regionais.

Assim, compreende-se, ao final da análise, que a vertente da identidade sul-americana apareceu com dois sentidos nos discursos analisados. Primeiro, a construção de uma identidade foi evocada diretamente para justificar o reencontro do Brasil com a região. Ao assumir a posição-sujeito de líder institucional do bloco, suas falas reafirmaram o compromisso brasileiro de liderança continental. A provocação recorrente sobre uma ‘unidade’ regional funcionou como paráfrase que, de acordo com os estudos de Orlandi (2012), promove a estabilização do sentido de identidade frente às transformações nacionais. Além da construção no presente, realizou um trabalho simbólico de constituição da identidade sul-americana como objetivo a longo prazo do Brasil e seus parceiros americanos.

Em segundo momento, especialmente após 2023, consolidou uma memória discursiva focada na articulação do interesse da América do Sul em se projetar internacionalmente, como uma ferramenta de manutenção da soberania e autonomia nacional. Ao analisar os discursos, a recorrência de uma ‘identidade latino-americana’ constrói um sentido de identidade regional mais amplo. Assim, o líder brasileiro comportou em seus discursos o sentido de construção da identidade sul-americana como um meio para alcançar a constituição da identidade latino-americana, quando explicitou: “Entendemos que a integração sul-americana é essencial para o fortalecimento da unidade da América Latina e do Caribe” (Brasil, 2023c, s.p.). Dessa forma, assumiu a posição-sujeito de líder do bloco ‘sul-americano’, em defesa dos interesses específicos dessa região, e ‘latino-americano’, em conformidade com a sua aspiração de liderança na construção de uma governança global multipolar. Por fim, nota-se a conjuntura atual como favorável a criação de alternativas ao poder econômico dos Estados Unidos, assim como no início dos primeiros mandatos de Lula, porém, de acordo com o mencionado pelo presidente, com um ideal de expansão para todo o Sul Global.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presidente Lula iniciou seu terceiro mandato declarando o interesse brasileiro em priorizar a América do Sul em sua política exterior. O estadista, que governou o país entre 2003 e 2010, protagonizou o momento de intensificação do processo integracionista na região, o que garantiu a constituição de entidades regionais responsáveis por fomentar a união das nações vizinhas. Um forte exemplo é a UNASUL, inicialmente chamada de CASA, fruto desse mesmo interesse governamental. Considerada como o ápice dos esforços em relação à integração sul-americana, a entidade trouxe o aspecto identitário como um de seus objetivos para mobilizar os Estados nas vertentes econômica, política e cultural, o que levaria ao nível máximo de integração regional.

Devido ao histórico tumultuado do Brasil em relação aos vizinhos, desde as guerras imperiais até a indiferença republicana, era importante para o país afirmar a sua identidade internacional como um articulador sem intenções imperialistas no subcontinente. Além disso, como proclamado pelo presidente atual, o Brasil deveria assumir a sua responsabilidade em relação à região, devido à predominância brasileiro no território, na economia e na projeção global. Como resultado, o país desempenhou estratégias diplomáticas de consolidação e expansão das relações internacionais, principalmente com outros blocos regionais, como a União Europeia e a União Africana.

Entretanto, com o avanço de governos voltados ao anti-integracionismo e ao isolacionismo na região, a pauta da integração na América do Sul perdeu força, o que levou à desmobilização das instituições, e passou por um processo de ‘desideologização’, que gerou a criação de foros baseados em afinidades ideológicas. No Brasil, o ex-presidente Jair Bolsonaro anunciou a saída do país da UNASUL, abandonou a CELAC e relegou a posição do MERCOSUL na prioridade do governo, que estava fortemente alinhado aos Estados Unidos e suas organizações, como a OEA.

O retorno de Lula à presidência brasileira em 2023 marcou a retomada do capítulo integracionista na região com a participação ativa do Brasil. A sua primeira viagem internacional teve como destino Buenos Aires, na Argentina, em representação simbólica do reencontro brasileiro com o continente em que está localizado. Além disso, promulgou a volta do Brasil à UNASUL e promoveu recorrentemente a reestruturação das instituições regionais. Para o presidente, de acordo com os discursos analisados neste trabalho, estabelecer uma identidade sul-americana era uma marca de seu governo que estava iniciando. Recorreu a memórias históricas, sobre o passado conflituoso do Brasil Imperial na região platina); econômicas, acerca do momento de potencial da transição energética para a América do Sul; e

culturais, tratando do futebol e literatura, como síntese unificadora da identidade regional. Assim, foi possível observar a base para a construção da identidade sul-americana como multifatorial, reunindo todos os aspectos apontados anteriormente por Heleno e Luiz (2011), Galvão (2013) e Nery (2016), ao invés de localizá-los isoladamente dentro do debate.

Em seus discursos, foram constituídos efeitos de sentidos relativos a uma ruptura completa com o governo brasileiro anterior. Durante um dos seus primeiros pronunciamentos enquanto presidente eleito, Lula argumentou acerca do momento de ‘reencontro’ brasileiro. A construção de uma identidade regional perpassa a identificação nacional do Brasil como pertencente à comunidade sul-americana, sentido que foi reforçado através da urgência do líder em reassumir a posição de liderança brasileira na integração regional. Como exposto por Gavião (2018), a identidade sul-americana surgiu como resultado das transformações a partir dos interesses estatais e das elites políticas, o que se consagra com a construção discursiva do chefe de Estado brasileiro, em razão do potencial de inserção internacional do país.

O compartilhamento de temas comuns aos países intensificou a construção discursiva do aspecto identitário. Do mesmo modo, expandiu a sua visão do presente e começou a pleitear a consolidação de uma identidade mais ampla, comum a toda a América Latina. Apesar do Brasil não ter sido considerado um país latino no contexto de criação do conceito, a identidade regional do país tem oscilado entre um ‘país sul-americano’ e ‘um país latino’, embora a utilização de um dos termos não provoque a exclusão do outro. Essa percepção ficou evidenciada a partir da análise dos discursos presidenciais, com o adicional de outra interpretação: a constituição de uma identidade sul-americana como meio para a identidade latino-americana do Brasil.

A partir do processo discursivo, relacionando-o com a formação ideológica do sujeito, perceberam-se distintas finalidades com os discursos direcionados à região e ao sistema internacional. Como citado na última seção, Lula afirmou em conferência regional sua intenção em utilizar a identidade latina como plataforma de inserção internacional do Brasil. Essa categorização compõe um plano a longo prazo do presidente, o qual declarou que o país não deixaria a agenda integracionista vulnerável à troca de governantes. Em consonância com o estudo de Rinaldi (2025), o fortalecimento dos laços regionais foi evocado como um contrapeso à influência norte-americana nas decisões políticas da América do Sul, um cenário fortalecido pelo retorno do presidente Donald Trump. A integração sul-americana, posteriormente latino-americana, garantiria um maior nível de soberania e autonomia para o Brasil e seus vizinhos dentro do continente americano. A nível mundial, o movimento integracionista direcionava para uma inserção internacional do subcontinente e,

principalmente, do Brasil com maior representatividade na governança global. Além disso, Lula adicionou a intenção de compor uma identidade do Sul Global; não de forma antagônica ao Norte Global, mas como um mecanismo de equiparação dos poderes e maior representatividade nas tomadas de decisão da governança global.

Entretanto, o cenário regional encontrado não foi tão receptivo às suas ideias quanto no início dos anos 2000. Apesar do sentido construído em razão de uma integração da América do Sul, a conjuntura apela para uma perpetuação da desintegração planejada nos anos anteriores. A presença de líderes isolacionistas nas principais economias da região, como é o caso de Javier Milei, na Argentina. O presidente argentino manteve a aliança com os Estados Unidos, além de estabelecer uma relação com a extrema-direita brasileira e o ex-presidente Bolsonaro, e estabeleceu a principal oposição ao governo Lula. Os recorrentes ruídos diplomáticos gerados entre os dois países, assim como as novas eleições de presidentes de “anti-integracionistas” na região, distanciaram o cenário esperado pelo governo brasileiro para a retomada da integração sul-americana.

Enfim, pode-se concluir que a pesquisa foi capaz de responder a sua pergunta, que consistia em investigar a possível incorporação da identidade sul-americana à política externa brasileira através dos discursos de Lula em seu terceiro mandato. Apesar de não possuir protagonismo nas falas presidenciais em todos os momentos, observou-se o seu propósito a longo prazo para o atual governo, que se encaminha para uma nova campanha eleitoral. A utilização da identidade sul-americana, ainda frágil, para compor uma identidade regional mais ampla não a anula, nem relega a sua posição na agenda da PEB contemporânea. Os esforços aparecem voltados à superação de barreiras iniciais, como a própria primazia da identidade nacional dos países, conforme pronunciamento de Lula. Uma vez superada a dificuldade para a consolidação da identidade sul-americana, a integração latino-americana pode ser alcançada de forma menos complexa e com maior impacto no sistema internacional.

Todavia, é uma afirmação que ainda está situada nos planos da política externa brasileira. O trabalho se dedicou a analisar um governo não finalizado e que, por sua vez, pode se estender por mais um mandato, a depender dos resultados eleitorais. Isso constitui uma primeira limitação do trabalho em relação ao panorama geral do mandato Lula, embora tenha sido possível identificar os primeiros indícios de formação de sentido sobre a identidade sul-americana através dos seus discursos. Devido aos limites de formato e tempo, neste trabalho não foi possível trabalhar com os discursos do chanceler brasileiro, então propõe-se a ampliação do *corpus* para abarcar as falas do ministro das Relações Exteriores, que promoveu o planejamento da política exterior junto ao presidente. Por fim, identificou-se a possibilidade

de explorar o elo entre as narrativas e as práticas diplomáticas em relação à América do Sul, a fim de observar a efetividade das intenções governamentais na realidade.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Brasil formaliza saída da Unasul para integrar o Prosul. Brasília, 16 abr. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-04/brasil-formaliza-saida-da-unasul-para-integrar-prosul>. Acesso em: 3 mar. 2026.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Relações Internacionais E Política Externa Do Brasil: Uma Perspectiva Histórica. **Meridiano** 47, Brasília, v. 2, n. 10, p. 12, Apr 2001. Disponível em: <https://www.proquest.com/docview/1326762069?fromopenview=true&pq-origsite=gscholar&sourcetype=Scholarly%20Journals>. Acesso em: 8 jun. 26.

BALDINI, Lauro José Siqueira; ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. A Análise Do Discurso No Brasil. **Décalages**, Los Angeles, v. 1, n. 4, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1212838>. Acesso em: 18 jul. 2026.

BAUMANN, Renato. **Integração regional**: teoria e experiência latino-americana. Rio de Janeiro: LTC, 2013. 1 recurso online. ISBN 978-85-216-2378-6.

BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de "América Latina" em perspectiva histórica. **Estudos Históricos**, [s. l.], v. 22, n. 44, p. 289-321, jul/dez 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/wDjSryQpkTFYcKBMHqwfNKD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 jun. 2026.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Leia o discurso do presidente Lula na íntegra**. Brasília, DF, 1 jan. 2023a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/932450-leia-o-discurso-do-presidente-lula-na-integra/>. Acesso em: 10 jul. 2026.

BRASIL. [Constituição (1824)]. **Constituição Política do Império do Brazil (de 25 de março de 1824)**. Brasília, DF: Presidência da República, [20--]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 5 jun. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 11.475, de 6 de abril de 2023**. Promulga o Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas, firmado pela República Federativa do Brasil, em Brasília, em 23 de maio de 2008. Diário Oficial da União: Seção 1 – Edição Extra, 6 abr. 2023b.

Disponível em:
<https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.475-de-6-de-abril-de-2023-475785647>. Acesso em: 3 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Normativa da UNASUL: atos normativos da União de Nações Sul-Americanas**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ajuste-01/relacoes_internacionais/unasul/normativaa_unasula_2017.pdf. Acesso em: 20 jun. 2026.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em reunião com presidentes de países da América do Sul**. Brasília, DF, 30 maio 2023c. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/luiz-inacio-lula-da-silva-2023-2026/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-em-reuniao-com-presidentes-de-paises-da-america-do-sul-brasilia-30-05-2023>. Acesso em: 10 jun. 2026.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da VII reunião de Cúpula da Celac**. Buenos Aires, Argentina, 24 jan. 2023d. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/luiz-inacio-lula-da-silva-2023-2026/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-vii-reuniao-de-cupula-da-celac-buenos-aires-24-01-2023>. Acesso em: 10 jun. 2026.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a Cúpula para um Novo Pacto Financeiro Global**. Paris, França, 23 jun. 2023e. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/luiz-inacio-lula-da-silva-2023-2026/discurso-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-cupula-para-um-novo-pacto-financeiro-global-na-franca-paris-23-06-2023>. Acesso em: 10 jun. 2026.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso do Presidente Lula na 2ª Sessão da Reunião de Líderes do G20 – Reforma das Instituições de Governança Global**. Rio de

Janeiro, RJ, 19 nov. 2024a. Disponível em:
<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/luiz-inacio-lula-da-silva-2023-2026/discurso-do-presidente-lula-na-2a-sessao-da-reuniao-de-lideres-do-g20-reforma-das-instituicoes-de-governanca-global>. Acesso em: 10 jun. 2026.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso do Presidente Lula durante a 67ª Cúpula do Mercosul, em Foz do Iguaçu**. Foz do Iguaçu, PR, 4 dez. 2025a. Disponível em:
<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/luiz-inacio-lula-da-silva-2023-2026/discurso-do-presidente-lula-durante-a-67a-cupula-do-mercosul-em-foz-do-iguacu>. Acesso em: 10 jun. 2026.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso do Presidente Lula durante a 68ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados**. Assunção, Paraguai, 30 jun. 2026a. Disponível em:
<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas-backup/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/luiz-inacio-lula-da-silva-2023-2026/discurso-do-presidente-lula-durante-a-68a-cupula-de-chefes-de-estado-do-mercosul-e-estados-associados>. Acesso em: 3 jul. 2026.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso do Presidente Lula, lido pelo chanceler Mauro Vieira, na 10ª Cúpula da CELAC**. Tegucigalpa, Honduras, 9 abr. 2025b. Disponível em:
<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/luiz-inacio-lula-da-silva-2023-2026/discurso-do-presidente-lula-lido-pelo-chanceler-mauro-vieira-na-10a-cupula-da-celac>. Acesso em: 10 jun. 2026.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso do Presidente Lula na 64ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e de Estados Associados**. Assunção, Paraguai, 8 jul. 2024b. Disponível em:
<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/luiz-inacio-lula-da-silva-2023-2026/discurso-do-presidente-lula-na-64a-cupula-de-chefes-de-estado-do-mercosul-e-de-estados-associados>. Acesso em: 10 jun. 2026.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso do Presidente Lula na 66ª Cúpula do Mercosul**. Buenos Aires, Argentina, 3 jul. 2025c. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/luiz-inacio-lula-da-silva-2023-2026/discurso-do-presidente-lula-na-66a-cupula-do-mercosul-3-7-2025>.

Acesso em: 10 jun. 2026.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso do presidente Lula no encerramento do Fórum Empresarial Brasil-Colômbia**. Brasília, Brasil, 17 abr. 2024c.

Disponível em:

<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/luiz-inacio-lula-da-silva-2023-2026/discurso-do-presidente-lula-no-encerramento-do-forum-empresarial-brasil-colombia>. Acesso em: 10 jun. 2026.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Pronunciamento do Presidente Lula na abertura do IV Fórum CELAC-China**. Pequim, China, 13 maio 2025d. Disponível em:

<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/luiz-inacio-lula-da-silva-2023-2026/pronunciamento-do-presidente-lula-na-abertura-do-iv-forum-celac-china>. Acesso em: 10 jun. 2026.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Pronunciamento do Presidente Lula na abertura do Fórum Econômico Internacional - América Latina e Caribe 2026**. Cidade do Panamá, Panamá, 29 jan. 2026b.

Disponível em:

<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/luiz-inacio-lula-da-silva-2023-2026/pronunciamento-do-presidente-lula-na-abertura-do-forum-economico-internacional-2013-america-latina-e-caribe-2026>. Acesso em: 10 jun. 2026.

BRASILIENSE, Américo (org.). **Os programas dos partidos e o 2º Império**. São Paulo:

Typ. de Jorge Seckler, 1878, p. 59-88. Disponível em:

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179482>. Acesso em: 7 jun. 2026.

BRICS. **About BRICS: overview**. [S. l.]: BRICS India, 2026. Disponível em:

https://www.brics2026.gov.in/about-us/#about_overview. Acesso em: 5 jul. 2026.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/Editora da Universidade de Brasília, 2002, 525 p. ISBN 85-230-0661-3.

CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista brasileira de política internacional**, v. 46, p. 5-25, 2003.

CHEIBUB, Zairo Borges. Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, 1985.

CORAZZA, Gentil. O "regionalismo aberto" da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização. **Ensaio FEE**, v. 27, n. 1, p. 135-151, 2006.

CORONATO, Daniel Rei. Entre a Cisplatina e a Guerra Civil: política externa e a província do Rio Grande do Sul (1828-1835). **Tempo**, v. 31, n. 3, p. e310308, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/x3gGCTgfBZNN9X5kyqd9kkR/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 31 maio 2026.

CORREA, Paulo Gustavo Pellegrino; SILVA, Ivan Henrique de Mattos e. A América do Sul no governo Bolsonaro (2019-2022). **Teoria & Pesquisa Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 32, n. esp.3, p. e023027, 2023. DOI: 10.14244/tp.v32iesp.3.1042. Disponível em: <https://teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/1042>. Acesso em: 4 mar. 2026.

COUTO, Leandro Freitas. O horizonte regional do Brasil e a construção da América do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 50, n. 1, p. 159–176, jan. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/gvBVsmPVbV7mD5zZxzhRCBS/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 31 maio 2026.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FELDMAN, Luiz. Soberania e modernização no Brasil: pensamento de política externa no segundo reinado e na primeira república. **Contexto Internacional**, v. 31, n. 3, p. 535–592, set. 2009.

FIGUEIREDO, Ferdinando. As transformações do pós-guerra e o pensamento econômico da CEPAL. **Revista de Economia Política**, vol. 10, nº 4 (40), pp. 594-606, out./dez. 1990. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/Xg7GMGgyZgydbkXZxQPdMww/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 jun. 2026.

FLÉCHET, Anaïs. As partituras da identidade: o Itamaraty e a música brasileira no século XX. In: SUPPO, Hugo Rogélio; LESSA, Mônica Leite (org.). **A quarta dimensão das relações internacionais: as relações culturais**. Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, 2012. p. 139-167. Disponível em: <https://hal.science/hal-04393100>. Acesso em: 17 nov. 2025.

FONSECA JR., Gelson; SOARES, Rodrigo Goyena (org.). **A Bacia do Prata no século XIX: política, economia e sociedade**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2025. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-1304>. Acesso em: 31 maio 2026.

FRENKEL, Alejandro; AZZI, Diego. Jair Bolsonaro e a desintegração da América do Sul: um parêntese? **Nueva Sociedad**, n. 291, jan./fev. 2021. Disponível em: https://static.nuso.org/media/articles/downloads/9.TC_Frenkel_y_Azzi_EP21.pdf. Acesso em: 3 abr. 2026.

GALVÃO, Thiago Gehre. América do Sul: construção pela reinvenção (2000-2008). **Revista brasileira de política internacional**, v. 52, n. 2, p. 63-80, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/8gH9Bg3VCRXVyryjZsRrkxy/>. Acesso em: 20 jun. 2026.

GAVIÃO, Leandro. **Do Pan-Americanismo ao Sul-Americanismo: As Identidades Supranacionais no Continente Americano em Três Tempos (1826, 1960 e 2008)**. 2018. 312 f. Tese (Doutorado em História Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/12981>. Acesso em: 3 abr. 2026.

GAVIÃO, Leandro. O governo Lula da Silva e a construção da identidade sul-americana (2003-2010). **densidades**, Buenos Aires, n. 14, p. 13-31, 2013.

GAVIÃO, Leandro; SARAIVA, Miriam Gomes. América del Sur en la Política Exterior Brasileña de Lula Da Silva. **América Latina Hoy**, [S. l.], v. 82, p. 63-83, 2019. DOI: 10.14201/alh2019826585. Disponível em:

<https://revistas.usal.es/cuatro/index.php/1130-2887/article/view/alh2019826585>. Acesso em: 4 mar. 2026.

GESTEIRA, Luiz Alberto Mendes Guimarães. A Guerra Fria e as ditaduras militares na América do Sul. **Scientia Plena**, vol. 10, nº 12, 125501, 2014.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. A ANÁLISE DO DISCURSO: CONCEITOS E APLICAÇÕES. **Alfa**, São Paulo, v. 39, p. 13-21, 1995. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/a5c2926e-0a7e-4409-8482-72796850f972/content>. Acesso em: 18 jul. 2026.

HELENO, Eduardo; LUIZ, Edson. O soft power brasileiro em busca de uma identidade sul-americana. **Poder, Estratégia e Sociedade**, v. 1, n. 0, p. 41-52, 2011.

HERNÁNDEZ, Lorena Granja; MESQUITA, Barbara. Da Unasul ao Prosul: (contra) dinâmicas na integração regional e suas consequências cumulativas. **Monções**, v. 9, n. 18, p. 538-563, 2020.

HIRST, Mônica. **O pragmatismo impossível**: a política externa do segundo Governo Vargas, 1951-1954. Rio de Janeiro, FGV-CPDOC, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **O Brasil monárquico**: declínio e queda do império. 6ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HURRELL, Andrew. O ressurgimento do regionalismo na política mundial. **Contexto internacional**, v. 17, n. 1, p. 23, 1995.

JUNIOR, Haroldo Ramanzini; MARIANO, Marcelo Passini. As Relações com a América do Sul (2008–2015), IPEA, 2018. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/181206_a_politica_externa_brasileira_cap10.pdf. Acesso em: 20 jun. 2026.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira**: passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LIMA, Maria Regina Soares de. Aspiração internacional e política externa. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, v. 82, p. 4-19, 2005.

LIMA, Maria Regina Soares de. Relações interamericanas: a nova agenda sul-americana e o Brasil. **Lua Nova**, n. 90, p. 167–201, 2013.

MAGNOLI, Demetrio. **O Corpo da Pátria**: Imaginação Geográfica e Política Externa no Brasil (1808-1912). São Paulo, Editora Moderna, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. A ANÁLISE DO DISCURSO E SUAS FRONTEIRAS. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 20, p. 13-37, jan/jun 2007. Disponível em: https://www.letras.ufmg.br/padrao_cms/documentos/nucleos/nad/MAINGUENEAU%20-%20An%C3%A1lise%20do%20discurso%20e%20suas%20fronteiras.pdf. Acesso em: 18 jul. 2026.

MAINGUENEAU, Dominique. ANÁLISE DO DISCURSO: UMA ENTREVISTA COM DOMINIQUE MAINGUENEAU. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL**, [s. l.], v. 4, n. 6, 6 mar. 2006. Disponível em: http://www.revel.inf.br/files/entrevistas/revel_6_entrevista_maingueneau_port.pdf. Acesso em: 18 jul. 2026.

MELO, Iran Ferreira de. ANÁLISE DO DISCURSO E ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: DESDOBRAMENTOS E INTERSECÇÕES. **Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Lingüística e Literatura**, [s. l.], n. 11, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/100803494/An%C3%A1lise_Do_Discurso_e_An%C3%A1lise_Cr%C3%ADtica_Do_Discurso_Desdobramentos_e_Intersec%C3%A7%C3%B5es. Acesso em: 18 jul. 2026.

MERCOSUL. Objetivos e funcionamento. Montevideu: Secretaria do Mercosul, [20--]. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/sobre-o-mercotel/objetivos-e-funcionamento>. Acesso em: 15 jun. 2026.

MESQUITA, Rafael. A identidade internacional do Brasil: uma síntese da literatura. **Carta Internacional**, v. 11, n. 3, p. 5-31, 2016.

MEUNIER, Isabel; MEDEIROS, Marcelo de Almeida. Construindo a América do Sul: identidades e interesses na formação discursiva da Unasul. **Dados**, v. 56, n. 3, p. 673-712, 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/dados/a/K9dZNHBv4n9LtdzgyxbJ6Bn/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2026.

MILANI, Livia Peres. **Identidade e cooperação**: os governos Kirchner e Lula e a construção de uma identidade coletiva em defesa (2003-2010). 2016. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas”, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/b2e9e194-4b83-4738-b326-7c3cddedcaa4>. Acesso em: 20 jun. 2026.

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência**: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

MOURA, Gerson. **Sucessos e ilusões**: Relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

NERY, Tiago. A política externa brasileira, as coalizões de poder e a Unasul: ascensão e desconstrução da América do Sul como bloco geopolítico. **Mural Internacional**, v. 8, n. 2, p. 250-264, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/muralinternacional/article/view/35792>. Acesso em: 5 jul. 2026.

NERY, Tiago. UNASUL: a dimensão política do novo regionalismo sul-americano. **Caderno CRH**, v. 29, p. 59-75, 2016.

OLIVEIRA, Eliane; GONÇALVES, Mariana. Governo Bolsonaro enterra Unasul criada por Lula e adere a novo organismo regional. **O Globo**, Online, 7 mar. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/governo-bolsonaro-enterra-unasul-criada-por-lula-adere-novo-organismo-regional-23505468>. Acesso em: 18 mar. 2026.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. **Seminário de Estudos em Análise de Discurso**, v. 1, p. 8-18, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas: Pontes, 2012.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. ISBN 8511070141.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAÚJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz (org.). **Ditadura e Democracia na América Latina: Balanço histórico e perspectivas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. cap. 7, p. 143-178. ISBN 978-85-225-0667-5.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; DO CARMO, Corival Alves. A política externa brasileira nos governos Lula e Dilma (2003/2014): a América do Sul. **Perspectivas: revista de ciências sociais**, v. 50, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/12436>. Acesso em: 20 ju. 2026.

PEDUZZI, Pedro. América do Sul só se desenvolverá de forma conjunta, diz Lula. **Agência Brasil**, Online, 16 mar. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-03/america-do-sul-so-se-desenvolvera-d-e-forma-conjunta-diz-lula>. Acesso em: 18 mar. 2026.

RIBEIRO, Pedro Feliú; FERREIRA, Túlio Sérgio Henriques; SPOSITO, Ítalo Beltrão. Measuring Brazilian Foreign Policy Engagement: composition and validation of the Foreign Policy Index. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 68, n. 1, e015, 2025. DOI: 10.1590/0034-7329202500115. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7329202500115>. Acesso em: 13 maio 2026.

RINALDI, Augusto. FROM SOFT BALANCING TO BANDWAGONING: CONTEMPORARY BRAZIL-US RELATIONS IN SOUTH AMERICA. **AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, [S. l.], v. 13, n. 26, 2025. DOI: 10.22456/2238-6912.142358. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/142358>. Acesso em: 4 mar. 2026.

ROCHA, Pedro Diniz. A Unasul, o Conselho de Defesa Sul-Americano e a prevenção de conflitos na América do Sul. **Conjuntura Austral**, [S. l.], v. 9, n. 47, p. 62–82, 2018. DOI: 10.22456/2178-8839.83100. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/83100>. Acesso em: 4 mar. 2026.

SANTOS, Norma Breda dos. Política exterior da Velha República: 1889-1930. **Revista de informação legislativa**, v. 28, n. 111, jul./set. 1991. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/175905>. Acesso em: 5 jun. 2026.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe. A América do Sul no discurso diplomático brasileiro. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n. 2, p. 185–204, jul. 2005.

SARAIVA, M. G.. South America at the core of Brazilian foreign policy during Bolsonaro's administration (2019-2022). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 65, n. 2, p. e024, 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Alexandra de Mello e. **A política externa de JK: Operação Pan-Americana**. Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1992.

SILVA, Vicente Gil. O papel intervencionista da ditadura civil-militar brasileira na América do Sul. **História Social**, [S. l.], v. 14, n. 18, p. 177–196, 2011. DOI: 10.53000/hs.v14i18.357. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/357>. Acesso em: 9 jun. 2026.

SIMÕES, Tales Henrique Nascimento. **Liderança regional em questão: o Brasil sob a ótica dos países sul-americanos**. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SIQUEIRA, Luan. Nos caminhos da neutralidade: a política externa brasileira entre o final da guerra da Cisplatina e os primeiros anos da guerra Farroupilha. **Historiæ**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 60–83, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/12250>. Acesso em: 1 jun. 2026.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. v. 9.

SOUZA, Fabiano Farias de. Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. **Aedoss**, [s. l.], v. 3, n. 8, 12 maio 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedoss/article/view/12769>. Acesso em: 9 jun. 2026.

VIEIRA, Mauro Luiz Iecker. **Discurso do Embaixador Mauro Vieira por ocasião da posse no cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores**. Brasília, DF, 2 jan. 2023. In: BRASIL. Fundação Alexandre de Gusmão. História Diplomática: Ministros de Estado das Relações Exteriores. Brasília, DF: FUNAG, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/mauro-luiz-iecker-vieira-discurso-posse-2023>. Acesso em: 13 maio 2026.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo Social**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 31–61, 2003. DOI: 10.1590/S0103-20702003000200003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/mvGDVSGydQkVyxxCSjxyQ9f/?lang=pt>. Acesso em: 2 mar. 2026.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 273-335, dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/sWn5MtCXtMZdzdSm3CtzZmC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 3 mar. 2026.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. Da barganha nacionalista à política externa independente: uma política exterior para o desenvolvimento (1951-64). 1993. 363 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993. Disponível em: <https://caph.fflch.usp.br/node/5853>. Acesso em: 2 mar. 2026.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Política Exterior e Desenvolvimento (1951-1964): o nacionalismo e política externa independente. **Revista brasileira de história**, v. 14, n. 27, p. 99-111, 1994.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it. **International Organization**, v. 46, n.2, 1992.

WILLRICH, Emili; REZENDE, Lucas Pereira. Sobre a identidade sul-americana em defesa na UNASUL. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 96–119, jan./abr. 2018. DOI: 10.22491/1809-3191.v24n1.p96-119. Disponível em: <https://repositorio.marinha.mil.br/bitstream/ripcmb/844123/1/00001bc2.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2026.

APÊNDICE A - DISPONIBILIZAÇÃO DOS DISCURSOS

Quadro 2: *Corpus* da análise¹¹.

ID_discurso	Título do discurso	Condições de Produção	Alcance
D1_BRA-ARG_2023	Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Encontro Empresarial Brasil-Argentina	23 de janeiro de 2023, durante Encontro Empresarial Brasil-Argentina, em Buenos Aires	Regional
D2_CELAC_2023	Discurso do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da VII reunião de Cúpula da Celac	24 de janeiro de 2023, durante a abertura da VII reunião de Cúpula da Celac (retorno do Brasil à instituição), em Buenos Aires	Regional
D3_PRESIDENTES_2023	Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em reunião com presidentes de países da América do Sul	30 de maio de 2023, durante reunião com presidentes dos países da América do Sul, em Brasília	Regional
D4_NOVOPACTO_2023	Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a Cúpula para um Novo Pacto Financeiro Global	23 de junho de 2023, durante a Cúpula para um Novo Pacto Financeiro Global, em Paris	Global
D5_200ANOS_2023	Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ocasião dos 200 anos de relações diplomáticas entre Brasil e Argentina	26 de junho de 2023, por ocasião dos 200 anos de relações diplomáticas entre Brasil e Argentina, em Brasília	Regional
D6_PRESMERCOSU L_2023	Discurso do presidente de República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao tomar posse na Presidência do MERCOSUL	4 de julho de 2023, durante posse da Presidência do MERCOSUL, em Puerto Iguazú	Regional
D7_CELACUE_2023	Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da III Cúpula CELAC-UE	17 de julho de 2023, durante a abertura da III Cúpula CELAC-UE, em Bruxelas	Regional
D8_FORUMBRICS_2023	Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante o Fórum Empresarial do BRICS	22 de agosto de 2023, durante o Fórum Empresarial do BRICS, em Joanesburgo	Global
D9_G77_2023	Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Cúpula do G77 + China	16 de setembro de 2023, durante a Cúpula de Chefes de Estado e Governo do G77 + China, em Havana	Global
D10_AGNU_2023	Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura do Debate Geral da 78ª Sessão da Assembleia Geral da ONU	19 de setembro de 2023, durante a abertura do Debate Geral da 78ª Sessão da AGNU, em Nova York	Global

¹¹ Planilha no Google Sheets com a identificação, condições de produção, alcance do evento, recortes linguísticos e link de acesso aos discursos: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1Yk8hGStijzR1dSHIx9XWZfYj5SpT0j0cafjxNBXlhA/edit?usp=sharing>.

D11_VOZES_2023	Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Segunda Cúpula Virtual Vozes do Sul Global	17 de novembro de 2023, durante a Segunda Cúpula Virtual Vozes do Sul Global	Global
D12_CHEFESMERCOSUL_2023	Pronunciamento do presidente Lula na abertura da Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL	7 de dezembro de 2023, durante a abertura da Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL, no Rio de Janeiro	Regional
D13_CELAC_2024	Discurso do presidente Lula durante a Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)	1 de março de 2024, durante a Cúpula da CELAC em Kingstown	Regional
D14_BRA-COL_2024	Discurso do presidente Lula no encerramento do Fórum Empresarial Brasil-Colômbia	17 de abril de 2024, durante o encerramento do Fórum Empresarial Brasil-Colômbia em Bogotá	Regional
D15_CHEFESMERCOSUL_2024	Discurso do presidente Lula na 64ª Cúpula de chefes de Estado do MERCOSUL e de Estados Associados	8 de julho de 2024, durante a 64ª Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e de Estados Associados, em Assunção	Regional
D16_FUTURO_2024	Discurso do presidente Lula na abertura da Cúpula do Futuro	22 de setembro de 2024, durante a abertura da Cúpula do Futuro, em Nova York.	Global
D17_AGNU_2024	Discurso do presidente Lula na abertura da 79ª Assembleia Geral da ONU	24 de setembro de 2024, durante a abertura da 79ª AGNU, em Nova York.	Global
D18_G20_2024	Discurso do presidente Lula na Sessão de Abertura da Reunião Ministerial do G20	25 de setembro de 2024, durante a Sessão de Abertura da Reunião Ministerial do G20, em Nova York	Global
D19_ALIANÇA_2024	Discurso do presidente Lula no lançamento da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza	18 de novembro de 2024, durante o lançamento da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, no Rio de Janeiro.	Global
D20_G20REFORMA_2024	Discurso do presidente Lula na 2ª Sessão da Reunião de Líderes do G20: Reforma das Instituições de Governança Global	18 de novembro de 2024, durante a 2ª Sessão da Reunião de Líderes do G20: Reforma das Instituições de Governança Global, no Rio de Janeiro	Global
D21_MERCOSUL_2024	Discurso do presidente Lula durante a 65ª Cúpula do MERCOSUL	6 de dezembro de 2024, durante a 65ª Cúpula do MERCOSUL, em Montevideu	Regional
D22_CELAC_2025	Pronunciamento do presidente Lula durante abertura da 9ª reunião da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos	9 de abril de 2025, durante a abertura da 9ª reunião da CELAC, em Tegucigalpa (Honduras)	Regional
D23_CELACCHINA_2025	Pronunciamento do presidente Lula na abertura do IV Fórum CELAC-China	13 de maio de 2025, durante abertura do IV Fórum CELAC-China em Pequim.	Regional

D24_G7_2025	Discurso do presidente Lula na Sessão Ampliada da Cúpula do G7, no Canadá	17 de junho de 2025, durante a Sessão Ampliada da Cúpula do G7 em Kananaskis (Canadá).	Global
D25_MERCOSUL_2025	Discurso do presidente Lula na 66ª Cúpula do MERCOSUL	3 de julho de 2025, durante a 66ª Cúpula do MERCOSUL, em Buenos Aires	Regional
D26_BRICS_2025	Discurso do presidente Lula na sessão Paz e Segurança, Reforma da Governança Global do BRICS	6 de julho de 2025, durante sessão Paz e Segurança, Reforma da Governança Global do BRICS no Rio de Janeiro	Global
D27_AGNU_2025	Discurso do presidente Lula na abertura do Debate Geral da 80ª Assembleia Geral das Nações Unidas	23 de setembro de 2025, durante abertura do Debate Geral da 80ª AGNU em Nova York	Global
D28_CELACUE_2025	Discurso do presidente Lula na abertura da IV Cúpula CELAC-UE	9 de novembro de 2025, durante a abertura da IV Cúpula CELAC-UE, em Santa Marta (Colômbia)	Regional
D29_MERCOSULFOZ_2025	Discurso do presidente Lula durante a 67ª Cúpula do MERCOSUL	20 de dezembro de 2025, durante a 67ª Cúpula do MERCOSUL, em Foz do Iguaçu	Regional
D30_MERCOSULUE_2026	Declaração do presidente Lula à imprensa sobre o Acordo MERCOSUL-UE	16 de janeiro de 2026, sobre o Acordo MERCOSUL-UE, no Rio de Janeiro	Regional
D31_FORUMALCARIBE_2026	Pronunciamento do presidente Lula na abertura do Fórum Econômico Internacional	28 de janeiro de 2026, durante a abertura do Fórum Econômico Internacional – América Latina e Caribe 2026, na Cidade do Panamá	Regional
D32_CELAC_2026	Discurso do presidente Lula lido pelo chanceler Mauro Vieira na 10ª Cúpula da CELAC	21 de março de 2026, durante a 10ª Cúpula da CELAC	Regional
D33_PROGRESSISTA_A_2026	Discurso do presidente Lula no encerramento da 1ª Reunião da Mobilização Progressista Global	18 de abril de 2026, durante o encerramento da 1ª Reunião da Mobilização Progressista Global, em Barcelona	Global
D34_CHEFESMERCOSUL_2026	Discurso do presidente Lula durante a 68ª Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados	30 de junho de 2026, durante a 68ª Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados	Regional

Fonte: Elaboração própria.